|  |  |
| --- | --- |
| PROCESSO | Protocolo SICCAU nº 1222612/2020 |
| INTERESSADO | CAU/BR, CAU/UF e cursos de Arquitetura e Urbanismo |
| ASSUNTO | Projeto do Programa de Acreditação de Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo CAU |

DELIBERAÇÃO Nº 066/2020 – CEF-CAU/BR

A COMISSÃO DE ENSINO E FORMAÇÃO – CEF-CAU/BR, reunida ordinariamente por meio de videoconferência, no dia 2 de dezembro de 2020, no uso das competências que lhe conferem o art. 99 do Regimento Interno do CAU/BR, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando a DPOBR-0060-05\_2016-4 que aprova o Projeto do Sistema de Acreditação de Cursos de Arquitetura e Urbanismo do CAU/BR;

Considerando a Deliberação n° 067/2018\_CEF-CAU/BR, que aprova o Plano de Trabalho da Acreditação de Cursos do CAU/BR;

Considerando a execução do Projeto Piloto, entre 2018 e 2020, pela Comissão de Ensino e Formação do CAU/BR, com o apoio da Comissão de Ensino e Formação do CAU/SP;

Considerando a Deliberação 007/2020 CEF-CAU/BR que aprovou o resultado das visitas *in loco* aos cursos de arquitetura e urbanismo participantes da edição piloto;

Considerando a DPOBR 0102-09/2020 que homologa o resultado das visitas in loco aos cursos participantes do Projeto Piloto de Acreditação de Cursos pelo CAU;

Considerando que 3 cursos de Arquitetura e Urbanismo foram Acreditados pelo CAU/BR em 2020;

Considerando a necessidade de manter prova documental certificada conferindo veracidade aos Relatórios de Visita da Edição Piloto do Projeto de Acreditação de Cursos pelo CAU; e

Considerando que o Comitê de Avaliação do Programa de Acreditação (CAV) elaborou novo Projeto para o Programa de Acreditação de Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo CAU, a ser implementado a partir de 2021.

**DELIBEROU:**

1 – Aprovar o Projeto do Programa de Acreditação de Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo CAU elaborado pelo Comitê Avaliador (CAV), em anexo, a ser implementado a partir de 2021;

2 – Encaminhar a presente deliberação à Secretaria Geral da Mesa para conhecimento, remessa à Presidência do CAU/BR e demais providências.

Brasília, 2 de dezembro de 2020.

Considerando a autorização do Conselho Diretor, a necessidade de ações cautelosas em defesa da saúde dos membros do Plenário, convidados e colaboradores do Conselho e a implantação de reuniões deliberativas virtuais, **atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas.**

**DANIELA DEMARTINI**

Secretária-Geral da Mesa do CAU/BR

**100ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CEF-CAU/BR**

Videoconferência

**Folha de Votação**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **UF** | **Função** | **Conselheiro** | **Votação** | | | |
| **Sim** | **Não** | **Abst** | **Ausên** |
| IES | Coordenadora | Andrea Lúcia Vilella Arruda | X |  |  |  |
| PA | Membro | Alice da Silva Rodrigues Rosas | X |  |  |  |
| AC | Membro | Joselia da Silva Alves | X |  |  |  |
| AP | Membro | Humberto Mauro Andrade Cruz | X |  |  |  |
| GO | Membro | Maria Eliana Jubé Ribeiro | X |  |  |  |
| PB | Membro | Hélio Cavalcanti da Costa Lima | X |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Histórico da votação:**  **100ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CEF-CAU/BR**  **Data:** 02/12/2020  **Matéria em votação:** Projeto do Programa de Acreditação de Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo CAU  **Resultado da votação: Sim** (06) **Não** (0) **Abstenções** (0) **Ausências** (0) **Total** (06)  **Ocorrências**:  **Assessoria Técnica: Daniele Gondek Condução dos trabalhos (coordenadora): Andrea Vilella** | | | | | | |

# PROJETO DO PROGRAMA DE ACREDITAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO PELO CAU

BRASÍLIA/DF

DEZEMBRO DE 2020

Sumário

[PROJETO DO PROGRAMA DE ACREDITAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO PELO CAU 3](#_Toc59619817)

[PROJETO DO PROGRAMA DE ACREDITAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO PELO CAU 6](#_Toc59619818)

[**1.** **Introdução** 6](#_Toc59619819)

[O Programa de Acreditação de cursos de Arquitetura e Urbanismo a ser promovido pelo CAU em conjunto com a comunidade acadêmica, constitui-se num processo de avaliação externa ao qual cursos presenciais de graduação em Arquitetura e Urbanismo oficialmente reconhecidos aderem de forma voluntária. 6](#_Toc59619820)

[**2.** **Justificativas** 6](#_Toc59619821)

[**3.** **Procedimentos** 9](#_Toc59619822)

[*3.1.* *Introdução: o Programa de Acreditação pelo CAU* 9](#_Toc59619823)

[*3.2.* *Condução do Programa* 9](#_Toc59619824)

[**4.** **Processo de acreditação** 11](#_Toc59619825)

[*4.1.* *Princípios do Processo de Acreditação* 11](#_Toc59619826)

[*4.2.* *Fases do Processo de Acreditação* 11](#_Toc59619827)

[**5.** **Critérios para candidatura** 12](#_Toc59619828)

[**6.** **Critérios de Seleção** 13](#_Toc59619829)

[**7.** **Critérios de Avaliação Adotados pelo Programa de Acreditação do CAU** 13](#_Toc59619830)

[**8.** **Habilitação dos cursos a serem visitados** 14](#_Toc59619831)

[**9.** **Fases da Avaliação** 14](#_Toc59619832)

[*9.1 Auto avaliação do Curso de Arquitetura e Urbanismo inscrito para acreditação* 14](#_Toc59619833)

[*9.2 Avaliação do Relatório de Auto avaliação (RAA) do Curso e preparação da visita* 15](#_Toc59619834)

[*9.3 Visita in loco pelo Comitê Avaliador do Programa de Acreditação* 15](#_Toc59619835)

[*9.4 Apreciação e manifestação conclusiva do Comitê Avaliador (CAV) com posterior homologação pelo Plenário do CAU/BR dos cursos aprovados* 21](#_Toc59619836)

[**10.** **Dos Editais para os anos de 2021 a 2023** 22](#_Toc59619837)

[**11.** **Anexos** 22](#_Toc59619838)

[**12.** **Referências** 22](#_Toc59619839)

[ANEXO 1 – MODELO DE FORMULÁRIO ELETRÔNICO PARA CANDIDATURA 26](#_Toc59619840)

[ANEXO 2 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO (PERFIS E PADRÕES) 27](#_Toc59619841)

[**PERFIS DA ÁREA & PADRÕES DE QUALIDADE** 27](#_Toc59619842)

[**PERFÍS DA ÁREA** 30](#_Toc59619843)

[*Natureza da Profissão de Arquiteto e Urbanista: Habilitação única de caráter nacional* 30](#_Toc59619844)

[**PADRÕES DE QUALIDADE** 31](#_Toc59619845)

[*Requisitos de qualidade para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo* 31](#_Toc59619846)

[**1.** **Dimensão pedagógica** 31](#_Toc59619847)

[**2.** **Dimensão Docente** 33](#_Toc59619848)

[**3.** **Dimensão material** 34](#_Toc59619849)

[ANEXO 3 – ROTEIRO DE RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 37](#_Toc59619850)

[I. **Orientações gerais de preenchimento do RAA** 37](#_Toc59619851)

[II. **Autoavaliação** 39](#_Toc59619852)

[IIa. Dimensão Institucional 39](#_Toc59619853)

[IIb. Dimensão pedagógica 39](#_Toc59619854)

[IIc. Dimensão Corpo Docente e Técnico 48](#_Toc59619855)

[ANEXO 4 – MODELO DE PLANILHA COM INFORMAÇÕES SOBRE PROFESSORES 56](#_Toc59619856)

[ANEXO 5 – MODELO DE RELATÓRIO DE VISITA (RV) 57](#_Toc59619857)

# PROJETO DO PROGRAMA DE ACREDITAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO PELO CAU

A Comissão de Ensino e Formação (CEF-CAU/BR) encaminha à Presidência do CAU/BR o seguinte projeto para a implantação do Programa de Acreditação de Cursos de Arquitetura e Urbanismo, dando sequência ao Projeto Piloto de Acreditação de Cursos, já finalizado. O projeto seguinte propõe a criação de uma Comissão Temporária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) que terá como objetivo gerir o Programa de Acreditação sob a gestão da CEF-CAU/BR em cooperação com as entidades da área.

## **Introdução**

## O Programa de Acreditação de cursos de Arquitetura e Urbanismo a ser promovido pelo CAU em conjunto com a comunidade acadêmica, constitui-se num processo de avaliação externa ao qual cursos presenciais de graduação em Arquitetura e Urbanismo oficialmente reconhecidos aderem de forma voluntária.

O processo visa certificar a qualidade acadêmica por meio de critérios estabelecidos para análise, entre os quais: o documento Perfis da Área & Padrões de Qualidade para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo; e a verificação dos itens relativos a uma formação profissional adequada, definidos pelo CAU/BR em conjunto com a comunidade acadêmica e entidades vinculadas ao ensino de Arquitetura e Urbanismo.

Os instrumentos de avaliação foram consolidados e validados pela execução da Edição Piloto durante o ano de 2019, conforme aprovado pela Deliberação Plenária do CAU/BR DPOBR 0102/2020, que h**omologa o resultado das visitas** in loco **aos cursos participantes do Projeto Piloto de Acreditação de Cursos pelo CAU, e dá outras providências.**

Com essa iniciativa, o CAU/BR procura contribuir, por meio do estabelecimento de critérios elevados de qualidade para os cursos de graduação, para a melhoria permanente da formação em nível superior, necessária para a promoção do desenvolvimento educacional, econômico, social, político e cultural do Brasil.

A certificação do CAU/BR conferirá, por meio da acreditação dos cursos e da outorga do *Certificado de Acreditação pelo CAU/BR*, a fé pública acerca da excelência no ensino e formação dos arquitetos e urbanistas. Esse instrumento visa incentivar o constante aprimoramento da formação profissional do arquiteto e urbanista, não se constituindo em critério ou condição para a habilitação profissional.

## **Justificativas**

O Programa de Acreditação pelo CAU justifica-se por uma série de acontecimentos que tem impactado no ensino de Arquitetura e Urbanismo no país:

* a rápida e crescente expansão dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no país, refletindo as alterações no sistema educacional decorrentes da implantação da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
* os reflexos das alterações no sistema educacional decorrentes da implantação da Lei n° 9.394, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, no que se refere à flexibilização do ensino;
* a criação do sistema ARCU-SUL para acreditação de cursos no MERCOSUL e a criação da Rede de Agências Nacionais de Acreditação (RANA), em 2009, no qual estão representados todos os países integrantes do MERCOSUL e associados*;*
* A Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que estabelece como competência do CAU a valorização da arquitetura e do urbanismo, assim como a defesa pelo aperfeiçoamento do exercício profissional em todo o território nacional, que passa, obrigatoriamente, por uma formação de qualidade, necessária para a promoção do desenvolvimento educacional, econômico, social, político e cultural do Brasil;
* a visão preconizada no mapa estratégico do CAU 2013-2023 de ser reconhecido como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo;
* o aumento significativo do número de cursos de Arquitetura e Urbanismo em atividade que passou de 230 (na criação do CAU em 2010) para mais de 800 (em 2020), ou seja, mais do que triplicou em um intervalo de 10 anos;
* a necessidade de revisão das *Diretrizes Curriculares Nacionais* *para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo* datadas de 1994, que passou por modificações pontuais em 2006 e 2010; a proposta de revisão das diretrizes encaminhadas em 2014 pela Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA) e pelo CAU/BR ao Conselho Nacional de Educação (CNE), e as discussões promovidas desde então; e a Proposta de Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais (Arq. e Urb.) conforme Deliberação nº77/2019-CEF-CAU/BR, de 8 de outubro de 2019, encaminhando a proposta ao CONABEA da ABEA;
* a realização, durante os anos de 2012 e 2013, de Seminários Regionais e Nacional promovidos pela Comissão de Ensino e Formação (CEF-CAU/BR) visando discutir as bases de um programa de acreditação de cursos no Brasil;
* a retomada da discussão, promovida pela ABEA, acompanhada pelo CAU/BR, sobre a atualização do documento *Perfis da Área & Padrões de Qualidade dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo*;
* a necessidade de um estreitamento das relações entre o sistema de formação profissional e o sistema de fiscalização do exercício profissional;
* a incorporação, prevista no Decreto Federal nº 5773, de 9 de maio de 2006, do prazo para que os órgãos de regulamentação profissional de âmbito nacional ofereçam subsídios à decisão do Ministério da Educação nos processos relativos aos atos autorizativos de cursos superiores;
* a promulgação da Carta UNESCO/UIA (União Internacional de Arquitetos) para a Educação dos Arquitetos, revista em 2011 e, por fim, reeditada sem alterações, mesmo com as enormes mudanças no cenário;
* a demanda social pela implantação de processos avaliativos da formação profissional e a oportunidade de adoção, por parte do CAU/BR, de ações que contem com ampla repercussão na opinião pública voltadas para a melhoria da formação do arquiteto e urbanista;
* a assinatura de Memorando de Entendimento com o *National Architectural Accreditation Board* (NAAB) e com o *Royal Institute of British Architects* (RIBA) em 2014;
* a participação como observador na reunião do Acordo de Canberra, que congrega instituições acreditadoras da Austrália, Canadá, China, Coréia do Sul, Estados Unidos, México e da Comunidade das Nações, em Colombo, Sri Lanka, em 2017, em Londres, Inglaterra, em 2018, e em Bloemfontein, África do Sul, em 2019;
* as referências das experiências de acreditação bem-sucedidas em outras áreas de atuação como o Conselho Federal de Medicina (CFM), Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), Conselho Federal de Biologia (CFBIO), etc.
* as manifestação de interesse, por parte dos cursos de Arquitetura e Urbanismo cadastrados no SICCAU (Sistema de Informação e Comunicação do CAU), em participar da edição Piloto do Projeto de Acreditação de Cursos pelo CAU;

O Programa de Acreditação pelo CAU tem como objetivos:

* avaliar o comprometimento dos cursos quanto à oferta de uma educação adequada e de qualidade por meio do seu processo de ensino e formação tendo como base referenciais específicos da área e reconhecidos pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil;
* dar maior ênfase ao aprendizado do que em requisitos quantitativos e documentais, abrangendo a totalidade do curso, considerando o contexto institucional, projeto pedagógico, recursos humanos e condições de oferta, respeitando metodologias e abordagens locais, inovadoras e experimentais;
* ser referencial para estudantes e para a sociedade quanto a padrões de qualidade na formação dos futuros profissionais de arquitetura e urbanismo, mais elevados que os exigidos nos processos avaliativos oficiais regulamentares para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos, sem constituir critério ou condição para a habilitação profissional e sem se sobrepor às funções do Ministério da Educação ou do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no tocante à regulação, supervisão e avaliação e cursos, por diferir significativamente de requisitos quantitativos e documentais;
* possibilitar a construção de um potencial instrumento para a mobilidade profissional e a internacionalização do arquiteto e urbanista brasileiro, equiparando a sua formação a padrões praticados em diferentes contextos profissionais internacionais.

## **Procedimentos**

### *Introdução: o Programa de Acreditação pelo CAU*

Para a condução do programa de acreditação, o CAU/BR disponibilizará apoio técnico para o programa subordinado à CEF-CAU/BR. A proposição de um programa brasileiro de acreditação de cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo visa contemplar a demanda social pela implantação de processos avaliativos da formação profissional e o estreitamento das relações entre o sistema de formação profissional e o sistema de fiscalização do exercício profissional.

O Programa de Acreditação pelo CAU diferencia-se dos organismos regulatórios oficiais de Acompanhamento, Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no país, a cargo do Ministério da Educação (MEC) por intermédio do INEP, na medida em que implementará um processo de acreditação de cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo por meio da adesão voluntária, não se constituindo em critério ou condição para a habilitação profissional dos seus egressos E também por priorizar aspectos não contemplados nas avaliações regulatórias oficiais, tendo foco no aprendizado, na inovação e experimentação no ensino e formação do Arquiteto e Urbanista*.*

### *Condução do Programa*

O Programa de Acreditação será assistido pela Comissão Temporária para Acreditação do CAU/BR (CTA-CAU/BR), Corpo consultivo, Comissão de Ensino e Formação do CAU/BR do (CEF-CAU/BR) e Comitê Avaliador (CAV).

#### 3.2.1. Comissão de Ensino e Formação CEF-CAU/BR

A CEF-CAU/BR, na execução do processo de acreditação, terá autonomia deliberativa e orçamentária, respeitando e fazendo respeitar o plano de ação aprovado pelo Plenário do CAU/BR. Como instância deliberativa, acompanhará o processo de acreditação, validará documentos, inclusive a manifestação conclusiva do processo e realizará, sempre que necessário, encaminhamentos ao Plenário, bem como o relatório final do processo.

#### 3.2.2. Comissão Temporária para Acreditação do CAU/BR (CTA-CAU/BR)

É a instância responsável por propor as diretrizes do programa e supervisionar as atividades gerais em desenvolvimento, acompanhar a aplicação e as políticas de acreditação adotadas. Será responsável pela decisão final sobre os processos de acreditação e pelo envio dos mesmos para a CEF-CAU/BR.

A CTA-CA/BR é também responsável pela administração técnica e financeira do Programa, pela coordenação das ações necessárias para execução das atividades da acreditação, pelo contato com os cursos de Arquitetura e Urbanismo e pela convocação dos avaliadores para cada visita *in loco* a partir da designação dos CAVs.

Sua criação e composição será proposta pela CEF-CAU/BR e homologada pelo Plenário do CAU/BR, podendo contar com convidados de reconhecida experiência na área de ensino, sendo sugerida a seguinte composição:

* 2 (dois) conselheiros membros da Comissão de Ensino e Formação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CEF-CAU/BR);
* 1 (um) membro indicado pela CEF-CAU/BR;
* 1 (um) membro indicado pelo Plenário do CAU/BR;
* 1 (um)membro indicado pela entidade nacional da área de ensino de Arquitetura e Urbanismo: Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA).

#### 3.2.3. Corpo Consultivo:

É a instância não deliberativa e que tem como finalidade contribuir com subsídios e análises das diretrizes e planos de trabalho estabelecidos pelo programa no sentido de aperfeiçoar os mecanismos de avaliação das condições institucionais, de infraestrutura, das características do corpo docente e discente, bem como dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos avaliados, visando à melhoria contínua da qualidade dos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

O Corpo Consultivo será convocado pela Comissão Temporária para Acreditação conforme tema que demande a consulta, composto por profissionais com afinidade temática à consulta proposta, sendo um representante da CEF-CAU/BR, um representante da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA) e um representante da Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA).

#### 3.2.4 Corpo de avaliadores:

É formado por Arquitetos e Urbanistas que já foram capacitados no âmbito do Programa ou que participaram da Edição Piloto do Projeto de Acreditação. Desta forma, o corpo de avaliadores é um banco de profissionais, aptos e capacitados, que podem ser convocados ou não para compor ou substituir futuros membros do Comitê Avaliador (CAV).

Para compor este corpo, os arquitetos e urbanistas deverão apresentar:

* registro no CAU/BR;
* 10 anos de experiência profissional nas áreas de atribuição profissional estabelecidas pela Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, com no mínimo 5 anos de experiência na área de ensino em Arquitetura e Urbanismo, devidamente comprovada;
* titulação acadêmica e/ou reconhecimento público de atuação qualificada profissional na área de Arquitetura e Urbanismo e/ou áreas correlatas;
* Ter tido, preferencialmente, experiência em acreditação de cursos do CAU/BR ou do Sistema Arcu SUL.

##### *3.2.4.1 Comitê Avaliador (CAV):*

É a instância responsável pela avaliação dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo inscritos no programa. Composto por membros do corpo de avaliadores, indicados pela CTA e designados pela CEF-CAU/BR, formado por arquitetos e urbanistas capacitados no âmbito do Programa ou que participaram da Edição Piloto do Projeto de Acreditação. O comitê terá uma composição que assegure membros de diferentes regiões, um equilíbrio entre profissionais que exercem a docência e a prática profissional e que evite potenciais conflitos de interesse.

Preferencialmente, não deverão ser designados avaliadores do mesmo estado, que já tenham trabalhado ou que manifestem impedimento em relação ao curso avaliado.

Cada CAV será composto por três membros. Um membro com experiência prévia em visitas de acreditação a partir da Edição Piloto deverá ser designado pela CTA-CAU/BR como coordenador do CAV.

As atividades de avaliação realizadas pelos Avaliadores não serão remuneradas e obedecerão às regras de convocação do CAU/BR para convidados e a Resolução 99/2015 CAU/BR.

## **Processo de acreditação**

### *Princípios do Processo de Acreditação*

Os procedimentos a serem adotados pelo *Programa de Acreditação* deverão ser transparentes e consistentes, éticos e com altos níveis de profissionalismo, contando com um quadro de avaliadores com vasta experiência no assunto.

A avaliação para acreditação promovida pelo CAU abrangerá a totalidade do curso (processos e resultados), considerando o contexto institucional, projeto pedagógico, recursos humanos e condições de oferta dos cursos, além da inserção dos egressos no mercado de trabalho. Neste sentido, deverá enfatizar o processo de aprendizado do aluno e não apenas os requisitos quantitativos e documentais, respeitando as metodologias e abordagens locais e a abordagens inovadoras e experimentais. Assim, em relação aos laboratórios e instalações físicas, a avaliação deve dar menos ênfase aos números e mais ao conteúdo apreendido pelos alunos.

O pedido de acreditação do curso será apresentado voluntariamente pelas Instituições de Ensino Superior, de acordo com os princípios gerais estabelecidos neste documento e em documento complementar publicado na ocasião do certame.

Deverá ser garantida a autonomia entre as comissões de avaliação e o CAU, no que se refere às decisões sobre acreditação, a fim de evitar decisões baseadas em critérios políticos e para garantir a integridade e transparência e credibilidade do programa.

O processo de acreditação deverá apresentar em todas as suas ações um caráter educativo ao mostrar quais são os indicadores e motivos pelo quais as boas escolas de Arquitetura e Urbanismo são assim reconhecidas pelo CAU.

### *Fases do Processo de Acreditação*

O processo de acreditação constituir-se-á de sete fases, que serão detalhadas a seguir:

a. Convite aos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, cadastrados no SICCAU, para candidatura por meio de formulário eletrônico enviado pelo Conselheiro Federal representante das IES;

b. Avaliação da Candidatura do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, a ser analisada pela Comissão Temporária para Acreditação do CAU/BR (CTA -CAU/BR);

c. Elaboração do Relatório de Auto Avaliação (RAA) do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo inscrito para acreditação, organizado pela coordenação do curso, sendo recomendada e positiva a participação de toda a comunidade acadêmica (Núcleo Docente Estruturante-NDE, docentes, discentes, corpo técnico, egressos, comunidade);

d. Avaliação do Relatório de Auto Avaliação e do projeto pedagógico do curso inserido no SICCAU, sendo a Comissão de Ensino e Formação do CAU/BR responsável pelo recebimento e verificação dos documentos entregues e critérios objetivos de seleção, e a CTA responsável pela definição do conjunto de cursos para receber a visita *in loco*, dentro das disponibilidades aprovadas no Plano de Ação;

e. Visita *in loco* pelo Comitê Avaliador (CAV) designado para verificação das condições gerais de oferta do curso em análise, com a produção do Relatório de Visita (RV);

f. Apreciação e manifestação conclusivas do *Comitê Avaliador,* que serão encaminhadas à CTA-CAU/BR, validadas pela CEF-CAU/BR, e para os cursos acreditados, o relatório conclusivo do processo será enviado ao Plenário do CAU/BR, para apreciação e homologação, mantido até esta etapa o sigilo da identificação dos cursos acreditados;

g. A Comissão Temporária dar ciência aos cursos acreditados e a CEF-CAU/BR os encaminhará ao Plenário do CAU/BR para emissão e outorga dos certificados.

## **Critérios para candidatura**

Para se candidatarem ao processo, os cursos deverão informar, por meio de formulário eletrônico, o atendimento aos seguintes critérios:

* ser curso presencial de graduação em Arquitetura e Urbanismo;
* estar em dia com os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, com coordenador e demais dados corretamente informados no eMEC, e não estar cumprindo nenhuma sanção;
* ter 10 (dez) anos ou mais de funcionamento e oficialmente reconhecido há pelo menos 5 (cinco) anos;
* ter um coordenador arquiteto e urbanista com registro ativo no CAU, condizente com o dado apresentado no eMEC, com RRT de cargo e função emitido e válido;
* estar cadastrado no CAU, ter o coordenador vinculado ao curso no SICCAU, ter preenchido integralmente os dados solicitados na aba do curso no SICCAU e inserido, no mínimo, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) vigente;
* ter importado pelo menos 1 (uma) lista de egressos com resultado aprovado nos últimos 24 (vinte e quarto) meses anteriores a data de abertura do edital para recebimento das Candidaturas.

## **Critérios de Seleção**

Após envio do RAA pelos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo que tiveram a candidatura aprovada, o Comitê Avaliador elaborará lista de classificação dos cursos, valorizando a seleção de um curso em cada região, a diversidade de unidades da Federação e a variedade da natureza institucional.

Deverá ser levar em consideração a disponibilidade dos Planos de Ação e os seguintes critérios em ordem de importância:

Eliminatório:

* entregar o RAA fora do formato e prazo previstos no Edital;
* descumprir o critério do Trabalho Final de Graduação individual, orientado exclusivamente por arquiteto e urbanista, com presença obrigatória de membro arquiteto e urbanista externo à IES na banca avaliadora;
* ter menos de 65% do corpo docente composto de Arquitetos e Urbanistas.

Classificatório:

* maior carga horária;
* menor carga horária na modalidade à distância (%);
* existência de extensão universitária;
* tempo de funcionamento;
* histórico do Conceito Preliminar do Curso (CPC);
* notas do Exames Nacionais de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Maior CH | Menor CH EAD | Extensão | Tempo | CPC (média 2 últimos ciclos) | Enade (média 2 últimos ciclos) |
| Peso 4 | Peso 4 | Peso 3 | Peso 2 | Peso 1 | Peso 1 |

## **Critérios de Avaliação Adotados pelo Programa de Acreditação do CAU**

O processo de acreditação de cursos realizado pelo CAU resultará da análise e da avaliação dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo considerando os seguintes itens:

I - atendimento aos parâmetros homologados pela Comissão de Ensino e Formação (CEF CAU/BR), e propostos e avaliados no âmbito da Edição Piloto pelo Comitê Executivo do Projeto Piloto de Acreditação pelo CAU;

II - atendimento dos perfis da área e padrões de qualidade dos cursos de Arquitetura e Urbanismo;

III - atendimento ao disposto na Carta para a Educação da UNESCO- UIA;

IV - os indicadores específicos da área de Arquitetura e Urbanismo tais como:

* atividades de pesquisa e extensão em Arquitetura e Urbanismo;
* premiação em concursos voltados para estudantes, docentes e cursos de Arquitetura e Urbanismo e similares;
* participação em eventos da área e similares;
* o acompanhamento do trabalho final de graduação conforme os critérios definidos pela área de Arquitetura e Urbanismo.

V - o número de profissionais integrantes do corpo docente dos cursos registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil com comprovada experiência na sua área de atuação, conforme 1.2.6 do Código de Ética e Disciplina do CAU;

VI - poderão ser observados, de forma complementar, os resultados dos processos avaliativos e regulatórios realizados pelo MEC no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) tendo como objetivos a autorização, reconhecimento e recredenciamento dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no país;

VII - poderão ser observados, de forma complementar, os resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) ou avaliações similares.

## **Habilitação dos cursos a serem visitados**

O CAU/BR, por meio da CEF- CAU/BR e CTA-CAU/BR, e atendendo ao Plano de Ação aprovado pelo Plenário do CAU/BR, abrirá anualmente edital de chamada de cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo interessados em participar do processo de Acreditação. Neste edital serão definidos os prazos, quantidade de cursos a serem visitados, critério de regionalidade e demais parâmetros para seleção.

A CTA verificará se o curso atende os requisitos de inscrição.

Serão enviadas aos coordenadores dos cursos habilitados as orientações para preenchimento do Relatório de Auto Avaliação (RAA), sendo que os cursos terão 3 (três) meses para o preenchimento e submissão à CTA.

## **Fases da Avaliação**

### *9.1 Auto avaliação do Curso de Arquitetura e Urbanismo inscrito para acreditação*

O curso a ser avaliado submeterá o Relatório de Auto Avaliação (RAA) à CTA-CAU/BR.(REVER).

O curso submeterá o RAA descrevendo como ele atende as condições de acreditação, incluindo o projeto pedagógico, a história do curso, descrição do quadro docente e discente, conteúdos programáticos das disciplinas, cargas horárias, metodologia de ensino, formas de avaliação dos trabalhos dos alunos e estrutura física. O RAA deverá conter ainda exemplos de trabalhos de estudantes e com eventuais documentos complementares. Deverá apontar os pontos positivos e negativos.

Para as renovações de Acreditação, será submetido relatório diferenciado que deverá ressaltar os progressos feitos a partir da última visita.

O Relatório de Auto Avaliação (RAA) deverá ter entre 70 (setenta) e 150 (cento e cinquenta) páginas e deverá seguir o roteiro especificado no anexo 3.

### *9.2 Avaliação do Relatório de Auto avaliação (RAA) do Curso e preparação da visita*

O Relatório de Auto Avaliação (RAA) é avaliado previamente pela CTA-CAU/BR para verificação do atendimento ao roteiro e especificações do programa de acreditação.

A CTA-CAU/BR terá as seguintes prerrogativas: 1) aceitar o relatório e marcar a visita; 2) aceitar o relatório, marcar a visita e solicitar informações adicionais dentro de 30 (trinta) dias; ou 3) rejeitar o RAA e estabelecer um prazo de 3 (três) meses para a sua reapresentação, elencando os pontos que devem ser aprimorados ou detalhados.

Caso aprovado o RAA, o curso será considerado inscrito no processo de Acreditação e encaminhado ao CAV.

Nesta fase, serão compiladas pela CTA-CAU/BR: Matriz de Mobilidade e do exercício profissional do curso, notas dos acadêmicos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e do Conceito Preliminar de Curso (CPC), e as listas de egressos importadas no Sistema de Informação e Comunicação do CAU (SICCAU) nos últimos 5 (cinco) anos.

### *9.3 Visita in loco pelo Comitê Avaliador do Programa de Acreditação*

#### 9.3.1 Comitê Avaliador (CAV)

A CEF-CAU/BR, por indicação da CTA-CAU/BR, designará o Comitê Avaliador (CAV) para as visitas *in loco*. Cada CAV deverá ter três membros, sendo o coordenador designado pela CTA-CAU/BR.

Caberá à CTA-CAU/BR o agendamento da visita em conjunto com a assessoria da CEF-CAU/BR e a confirmação do calendário de visita e eventos junto ao coordenador do curso e ao CAV.

O comitê fará a leitura do RAA e avaliará a missão e objetivos do curso, o projeto pedagógico, os componentes curriculares, metodologias de ensino e formas de avaliação, corpo docente, produção discente, atividades de extensão, infraestrutura e inserção social do curso.

Preferencialmente, não deverão ser designados avaliadores do mesmo estado ou que já tenham trabalhado com a IES, ou que manifestem qualquer impedimento, ou conflitos de interesse em relação ao curso avaliado.

Além do RAA preenchido pelo curso e validado pela CEF-CAU/BR, o CAV receberá:

* Notas dos alunos no ENADE, nos 4 (quatro) últimos ciclos (encaminhada pela IES);
* CPC, nos 4 (quatro) últimos ciclos (encaminhada pela IES);
* As listas de egressos importadas no SICCAU nos últimos 5 (cinco) anos (encaminhada pela IES);
* Análise dos RRTs e dos cargos desempenhados por egressos do curso avaliado - Matriz de Mobilidade e do Exercício Profissional da IES (encaminhada pela IES);
* Quantitativos de profissionais, de empresas de arquitetura e urbanismo e de cursos de AU no entorno do curso ((encaminhado pela CEF-CAU/BR).

O coordenador do CAV é escolhido pela CTA-CAU/BR, baseado em sua experiência prévia, com as seguintes responsabilidades:

* revisão geral do Relatório de Auto Avaliação (RAA) e identificação de eventuais informações adicionais a serem providas pelo curso durante a visita;
* avaliar em conjunto com a CTA-CAU/BR manifestações sobre a composição do CAV;
* encaminhamento do Relatório de Visita (RV), elaborado conjuntamente com os outros membros, 30 (trinta) dias após a visita.

##### *9.3.1.1 Convidado Observador*

A critério da CEF-CAU/BR e da CTA-CAU/BR, com o objetivo de aprimoramento dos instrumentos de avaliação e suporte técnico, a visita poderá ser acompanhada por Convidado Observador, designado pela CTA-VAU/BR.

A participação de Convidado Observador será indicada pela CTA-CAU/BR em comum acordo com o CAV. O Convidado Observador terá acesso às etapas determinadas pelo CAV.

A participação do Convidado Observador deverá atender aos seguintes critérios:

1. Registro ativo no CAU e adimplência;

2. Domicílio fora da região;

3. Sem despesa para o Projeto;

4. Apresentação de currículo lattes acompanhado de justificativa da pretendida participação e afinidade ao tema;

5. Sem conflito de interesses;

6. Assinatura de termo de confidencialidade;

7. Apresentação de Relatório de Participação.

#### 9.3.2. Comunicação entre os participantes

As comunicações oficiais e manifestações entre os envolvidos na avaliação e visita *in loco* serão registradas em meio digital, por meio do endereço eletrônico [acreditacao@caubr.gov.br](mailto:acreditacao@caubr.gov.br).

#### 9.3.3 Visita in loco

A Comissão Temporária para Acreditação (CTA-CAU/BR) comunicará o curso a ser avaliado, agendara a visita e informará a composição do CAV. Após o recebimento da notificação, o curso terá um prazo de 7 (sete) dias corridos para contestar motivadamente a composição do CAV.

As visitas deverão ocorrer durante o semestre letivo e serem acordadas, no mínimo, com 30 (trinta) dias de antecedência. As visitas terão duração, em média de três dias, e um adicional para a confecção do RV pelo CAV, e todo o CAV deverá participar em tempo integral.

O curso deverá prover uma sala de acesso exclusivo ao CAV contendo uma mesa de reunião e ao menos 1 (um) computador com acesso à internet e impressora.

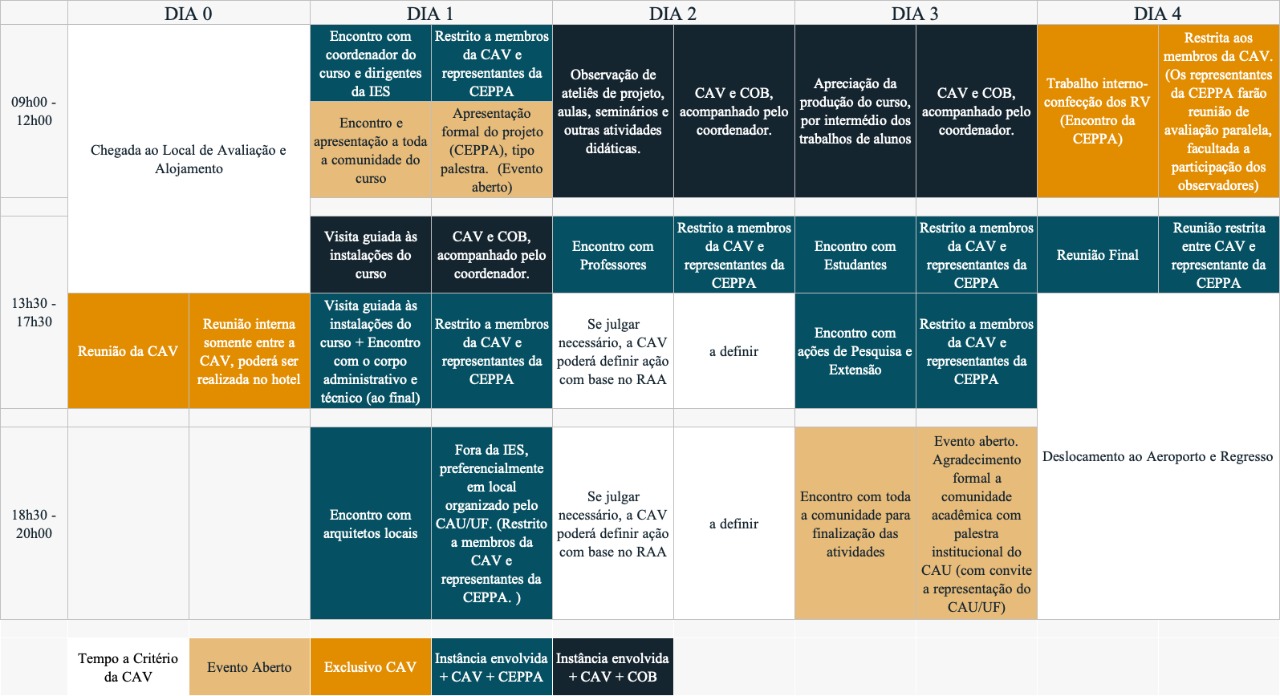
A visita obedecerá ao calendário a seguir, que deverá ser validado pela CTA-CAU/BR junto ao coordenador do curso durante os 30 (trinta) dias que antecedem a visita:

Fig. 1 - Exemplo de agenda da visita *in loco.*

Poderão ser feitos ajustes justificados, de modo a melhor adequar a situação do curso e andamento dos trabalhos, porém deverão ser preservadas todas as atividades dentro dos 3 (três) dias programados de visita.

As alterações deverão ser comunicadas com antecedência à CTA-CAU/BR.

A qualquer momento da avaliação, o CAV terá a prerrogativa de restringir a participação do Convidado Observador, ou mesmo da CTA-CAU/BR, quando identificar interferência ao processo de avaliação. Da mesma forma, poderá solicitar reuniões privadas conforme julgar necessário.

##### *9.3.3.1. Visita às instalações*

A visita às instalações do curso deverá incluir a totalidade dos ambientes (laboratórios, salas de aula, salas administrativas, de professores, biblioteca, etc.)e deverá ser feita de forma qualitativa e flexibilizada. Nesse sentido, não serão estabelecidos números mínimos de exemplares em uma biblioteca ou requisitos dos equipamentos laboratoriais. Meios não tradicionais de acesso à informação poderão ser considerados, como um sistema de empréstimo interbibliotecas ou a assinatura a um portal eletrônico de periódicos. Da mesma maneira, será priorizada a forma como os acadêmicos têm apreendido as habilidades que são desenvolvidas nos laboratórios, e não apenas os instrumentos disponíveis.

##### *9.3.3.2. Encontros individuais*

Serão encontros, de forma restrita, com diferentes grupos que compõem o curso. Assim, será possível ter uma visão comparativa dos pontos positivos e negativos do curso. Esses encontros deverão acontecer com os seguintes grupos:

* Corpo administrativo do curso, incluindo agentes administrativos, bibliotecários e integrantes da gestão superior;
* Coordenador do curso, com o qual devem ser discutidos temas e questões relativas ao Relatório de Auto Avaliação (RAA) e progressos feitos desde a última visita, se for o caso;
* Professores, em sua totalidade ou um grupo representativo (50%) de todas as áreas;
* Grupo expressivo de estudantes (recomenda-se o mínimo de 20% dos acadêmicos), sem a presença de professores ou membros da administração;
* Grupo de egressos do curso, arquitetos e urbanistas locais e, opcionalmente, membros da CEF do CAU/UF. Este encontro será feito preferencialmente fora das dependências da IES.

Os questionamentos das entrevistas deverão ser voltados para as especificidades dos grupos entrevistados. Deverão ser trabalhadas questões que ficaram pouco claras no RAA. As metodologias de ensino, integração das disciplinas e formas de avaliação deverão ser priorizadas.

##### *9.3.2.3. Apreciação dos trabalhos dos estudantes.*

O CAV deverá apreciar os trabalhos dos estudantes, projetos selecionados, provas e outros produtos da avaliação. Deverá levar em consideração o nível de complexidade e de maturidade dos trabalhos, representação gráfica e resolução técnica, construtiva e estrutural.

Como a ênfase da avaliação *in loco* reside na análise dos trabalhos dos estudantes, o tempo dedicado à essa etapa será privilegiado, para que se verifique se os conhecimentos (domínio estrutural, raciocínio lógico, atendimento aos requisitos climáticos e ambientais, etc.) estão integrados nos trabalhos das disciplinas de projeto.

Os trabalhos deverão estar dispostos em uma única sala que esteja sob controle do CAV. A apresentação dos trabalhos de projeto e materiais das demais disciplinas (artigos, apresentações, slides, ementas, etc.) será de forma livre, a ser definida pelo curso avaliado.

O CAV deverá levar em consideração as questões regionais, metodologias e abordagens locais por parte dos cursos.

##### *9.3.3.4. Apreciação das habilidades e da produção prática e acadêmica dos professores*

O CAV deverá observar se os professores tem comprovada experiência na sua área de atuação, conforme 1.2.6 do Código de Ética e Disciplina do CAU, contextualizando essas experiências e os conteúdos ministrados; se o curso oferece um equilíbrio entre seus professores com comprovada prática profissional, atividades de pesquisa e de extensão; bem como, suas participações em eventos da área.

##### *9.3.3.5. Observação de ateliês de projeto, aulas, seminários e outras atividades didáticas.*

O CAV deverá assistir livremente, em grupo ou individualmente, às aulas, ateliês de projetos e outras atividades didáticas, assim como observar a utilização e funcionamento dos laboratórios. Este momento deverá ser aproveitado como meio de experimentar o curso em seu funcionamento no dia-a-dia, estabelecendo conversas informais com membros da comunidade do curso.

O CAV deverá analisar as avaliações dos professores por parte dos estudantes nos 4 (quatro) últimos semestres precedentes à visita *in loco*.

##### *9.3.3.6. Reuniões do CAV e confecção do Relatório de Visita (RV)*

O CAV deverá se reunir para avaliar as conclusões e elaborar o Relatório de Visita, de acordo com o roteiro fornecido. O último dia será utilizado para a confecção do documento, que deverá ser finalizado em até 30 (trinta) dias após a visita *in loco*.

##### *9.3.3.7 Encontro final*

Por fim, uma última reunião será realizada com a participação de todos os atores envolvidos para o fechamento dos trabalhos.

#### 9.3.4. Relatório da Visita (RV) para fins de acreditação de curso

O relatório da visita (RV) incluirá a descrição completa e a conclusão da visita, a comparação com o RAA, as condições atendidas, as condições não atendidas e as pendências. O RV deverá ser entregue até 30 (trinta) dias depois da visita.

O RV é um documento que considerará se o curso atende aos itens especificados e também deverá considerar:

* o pleno atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de AU e o documento Perfis e Padrões de Qualidade ou instrumento de avaliação em vigor;
* se as disciplinas de projeto do curso privilegiam temas de relevância social e a sustentabilidade;
* as manifestações técnicas emitidas pelo CAU/BR nos processos de reconhecimento de cursos, de autorização para novos cursos e de renovação de reconhecimento de novos cursos, caso houver;
* os resultados obtidos nos Exames Nacionais de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e CPC;
* as formas de acompanhamento dos resultados do Trabalho Final de Graduação conforme os critérios e procedimentos definidos pela Área de Arquitetura e Urbanismo;
* a avaliação institucional dos professores pelos estudantes;
* o monitoramento de egressos via SICCAU;
* o resultado das entrevistas com arquitetos e urbanistas de escritórios locais que oferecem estágios e/ou recebem os estudantes;
* demais expectativas previstas no documento aprovado pela CTA-CAU/BR.

O RV é essencial para que o Comitê Avaliador indique para a CEF-CAU/BR o resultado da acreditação para deliberação e posterior homologação pelo Plenário. A critério do curso, o RV poderá tornar-se um documento público servindo, inclusive, a futuros estudantes e outros interessados nas condições dos cursos acreditados.

Um resumo dos relatórios, mantido o sigilo da identificação dos cursos, será encaminhado pela CTA-CAU/BR à CEF-CAU/BR para publicação, como balanço da situação do ensino e formação nos cursos avaliados.

O RV deverá conter a seguinte estrutura:

- Introdução;

- Relação dos aspectos positivos do programa;

- Pontos a serem melhorados (identificação dos elementos que não atingiram os resultados esperados);

- Discussão sobre os pontos que parecem preocupantes em um futuro próximo, ou seja, as condições não atendidas que afetam seriamente a qualidade do curso e que não poderão ser atingidas em curto ou médio prazo;

- Conclusão e comentários.

- Anexo a Tabela de Avaliação preenchida pelo CAV e compilada pelo coordenador.

O coordenador do CAV deverá enviar o RV em até 30 (trinta) dias do final da visita para a CTA-CAU/BR. Ele deverá ser acompanhado de uma carta assinada pelos membros do CAV recomendando ou não acreditação. Os membros do CAV deverão manter a confidencialidade do conteúdo do RV.

Após receber o RV, os membros da CTA-CAU/BR, caso julguem necessário, poderão solicitar informações adicionais ao coordenador do CAV. Após análise, o RV deverá ser enviado ao coordenador do curso para a sua manifestação no que se refere à correção de fatos e dados, no prazo de 10 (dez) dias. Em seguida, as manifestações do coordenador do curso serão enviadas ao coordenador do CAV, que terá 10 (dez) dias para se manifestar sobre as correções, podendo fazer ainda alguns ajustes no RV. O RV será reenviado então ao coordenador do curso em sua versão final.

### *9.4 Apreciação e manifestação conclusiva do Comitê Avaliador (CAV) com posterior homologação pelo Plenário do CAU/BR dos cursos aprovados*

A versão final do Relatório da Visita (RV) elaborada pelo CAV será apreciada pela CTA-CAU/BR, que poderá interromper o processo caso verifique o descumprimento dos procedimentos normativos, sem julgamento de mérito da avaliação. A participação do coordenador do CAV poderá ser prevista ou requisitada na reunião da CTA-CAU/BR.

Posteriormente, o processo será enviado à CEF-CAU/BR, que poderá se manifestar apenas quanto a questões operacionais. Em seguida, apenas os cursos de Arquitetura e Urbanismo aprovados no programa de acreditação serão encaminhados ao Plenário do CAU/BR para homologação e outorga do Certificado de Acreditação pelo CAU.

O Plenário do CAU/BR poderá não homologar a acreditação de um curso, desde que solicitado pedido de vista e apresentado relatório e voto fundamentado, sem julgamento de mérito, ou seja, não terá poderes para alterar a decisão do CAV.

O Certificado de Acreditação pelo CAU terá a validade de 5 (cinco) anos e será concedido sem gradação.

Uma carta com o resultado do processo de acreditação será enviada ao curso, com cópia para os membros do CAV, que deverão manter confidencialidade sobre o processo. Entretanto, estimula-se que o RAA, RV e a carta concedendo a acreditação sejam divulgados publicamente pela IES.

Caso existam denúncias, estas deverão ser enviadas à CEF-CAU/BR para posterior encaminhamento à CTA-CAU/BR e ao Comitê Avaliador. Fatos ligados ao processo de Acreditação que sejam julgados graves podem motivar revisão ou suspensão da Acreditação, após averiguação e homologação pela CEF-CAU/BR.

A relação dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo contemplados com o “Certificado de Acreditação pelo CAU", após homologação do Plenário do CAU/BR, deverá constituir um catálogo de cursos acreditados no país a ser divulgado no sítio eletrônico e publicações do Conselho de forma permanente.

## **Dos Editais para os anos de 2021 a 2023**

Em 2020 o CAU concluiu a Edição Piloto do Projeto de Acreditação pelo CAU de forma experimental, para avaliar e aprimorar o projeto do CAU/BR, com a participação de 6 (seis) cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Para os anos de 2021 a 2023, recomenda-se que o CAU/BR viabilize a participação de, no mínimo, 7 (sete) cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, priorizando a distribuição pelas regiões do país e valorizando a diversidade de unidades da Federação, assim como a variedade da natureza institucional.

O CAU/BR poderá viabilizar outras participações subsidiadas pelos CAU/UF, por meio de convênios de cooperação técnica, respeitando-se todos os parâmetros estabelecidos pelo Projeto de Acreditação.

## **Anexos**

* ANEXO 1 – MODELO DE FORMULÁRIO ELETRÔNICO PARA CANDIDATURA
* ANEXO 2 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO (PERFIS E PADRÕES)
* ANEXO 3 - ROTEIRO DE RELATÓRIO DE AUTO AVALIAÇÃO (RAA)
* ANEXO 4 – MODELO DE PLANILHA COM INFORMAÇÕES SOBRE OS PROFESSORES
* ANEXO 5 - MODELO DE RELATÓRIO DE VISITA (RV)

## **Referências**

**Deliberação Plenária DPOBR Nº 0060-05/2016** de 17/11/2016 - Aprova o Projeto do Sistema de Acreditação de Cursos de Arquitetura e Urbanismo do CAU/BR.

**Carta UNESCO/UIA para a formação em Arquitetura**, versão revista em 2011 e aprovada pela Assembleia Geral da UIA em Tóquio.

**Perfis da Área e Padrões de Qualidade para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo**, disponível em http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ar\_geral.pdf, acesso em dezembro de 2020.

**Lei Nº 12378**, de 31 de dezembro de 2010 - Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil -CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências.

**Resolução CAU/BR Nº 18** de 02/03/2012 - Registros definitivos e temporários de profissionais no Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

**Resolução CAU/BR Nº 21** de 05/04/2012 - Atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista e dá outras providências.

**Resolução CAU/BR Nº 51** de 12/07/2013 - Dispõe sobre as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas, e dá outras providências.

**Resolução CAU/BR Nº 52** de 06/09/2013 - Aprova o Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). Bem como sua alteração prevista na **Resolução CAU/BR Nº 147**, de 17/08/2017.

**Resolução CAU/BR Nº 91** de 09/10/2014 - Dispõe sobre o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referente a projetos, obras e demais serviços técnicos no âmbito da Arquitetura e Urbanismo e dá outras providências. Bem como suas alterações previstas em **Resolução CAU/BR nº 184**, de 22/11/2019, e **Resolução CAU/BR nº 190**, de 22/05/2020.

**Resolução CAU/BR Nº 139**, de 28/04/2017 - Aprova o Regimento Geral do CAU e o Regimento Interno do CAU/BR, revoga as Resoluções CAU/BR números 33, de 2012, 45 e 57, de 2013, 78, de 2014, e 111, de 2015, altera a Resolução CAU/BR n° 60, de 2013, revoga as Deliberações Plenárias CAU/BR números 7 e 11, de 2012, e dá outras providências.

**Lei Nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

**Resolução MEC/CNE/CES Nº 2** de 17 de junho de 2010 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6/2006.

**Decreto Nº 9235**, de 15 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

**Resolução Nº 2**, de 18 de junho de 2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

**Resolução Nº 3**, de 2 de julho de 2007 - Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências.

**Parecer CNE/CES Nº 261/2006** - Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula e dá outras providências.

**Parecer CNE/CES Nº 8/2007** - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

**Lei Nº 11788**, de 25 de setembro de 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

**Lei Nº 13257**, de 6 de abril de 2006 - Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior.

**Carta de definição para Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) – FeNEA**, documento elaborado durante o XXI Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, em Florianópolis, de 22 a 29/07/2007, promovido pela Federação Nacional dos Estudantes (FENEA).

**Lei Nº 10257**, de 10 de julho de 2001 - Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

**Lei Nº 11888**, de 24 de dezembro de 2008 - Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005.

**Lei Nº 13089**, de 12 de janeiro de 2015 - Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.

**Lei Nº 13146**, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

**Decreto Nº 5296**, de 2 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

**Portaria MEC Nº 3284**, de 7 de novembro de 2003 - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

**Portaria MEC Nº 1770**, de 21/12/1994 - Fixar as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

**ABNT NBR 9050:2020** - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

**ABNT NBR 15575:2013** - Desempenho de edificações habitacionais.

**ABNT NBR 16280:2015** – Reforma em edificação – Sistema de gestão de reformas

**ABNT NBR 16537:2018** – Acessibilidade - Sinalização tátil no piso - Diretrizes para elaboração de projetos e instalação.

**ABNT NBR 16636:2020** – Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos.

# ANEXO 1 – MODELO DE FORMULÁRIO ELETRÔNICO PARA CANDIDATURA

* Número eMEC do curso / Nome da IES e Sigla;
* Cidade/UF;
* Nome do Coordenador (conforme eMEC) / Número Registro CAU / RRT de Cargo e Função;
* Telefones e endereços eletrônicos de contato;
* Data de início do Curso (conforme eMEC) / Ano de Reconhecimento do Curso (conforme eMEC);
* Apresentação do curso e justificativa da manifestação de interesse.

# ANEXO 2 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO (PERFIS E PADRÕES)

## **PERFIS DA ÁREA & PADRÕES DE QUALIDADE**

Considerando que os *Perfis da Área e os Padrões de Qualidade* constituíram-se em documento referencial para os processos regulatórios e avaliativos oficiais do MEC, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), em resposta à constatação da necessidade de atualização desse documento, foi apresentado às Instituições de Ensino, aos docentes e acadêmicos de Arquitetura e Urbanismo, esta nova versão do documento, anexo II da Deliberação Plenária DPOBR Nº 0060-05/2016, que sistematiza contribuições e propostas de aperfeiçoamento do documento. Aqui estão consolidadas as contribuições aprovadas em eventos da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA) e propostas discutidas nos Seminários realizados pela CEF-CAU/BR.

***Histórico***

O incentivo à abertura de novos cursos induzido pela política expansionista adotada pelo MEC nos anos 1990 permitiu que, dos 72 cursos existentes no País em 1994, chegássemos, em meados de 2015, a mais de 500 cursos na área de Arquitetura e Urbanismo.

Essa intensa expansão foi acompanhada pela retomada do papel regulatório do Estado na área do ensino superior. Em 1992, a recomposição das Comissões de Especialistas de Ensino das diversas áreas no âmbito da Secretaria de Ensino Superior (SESu/MEC) possibilitou uma interlocução direta do MEC com Entidades das mais diversas áreas do ensino superior. Na área da Arquitetura e Urbanismo, o interlocutor foi a Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (CEAU).

Até então, os cursos de Arquitetura e Urbanismo tinham suas estruturas curriculares organizadas com base na Resolução no 3 do Conselho Federal de Educação de 25 de junho de 1969. Para encaminhar a revisão do currículo mínimo dos cursos, a CEAU coordenou entre fevereiro de 1993 a setembro de 1994 um processo de reflexão e de avaliação baseado em exame aprofundado da problemática educacional na área. Durante o ano de 1993 os trabalhos de análise da CEAU tomaram por base, entre outros, os estudos em andamento na Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (ABEA), além de dados e informações de diversos órgãos governamentais e entidades de classe da área. Este processo incluiu uma auto avaliação conjunta desenvolvida com os cursos previamente e durante estes seminários. Os resultados desta auto avaliação subsidiaram a definição dos padrões de qualidade e o enunciado dos requisitos estabelecidos para a abertura e funcionamento dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, referenciados na publicação *Ensino de Arquitetura e Urbanismo - Condições & Diretrizes*.[[1]](#footnote-1) Os resultados do diagnóstico preliminar da área foram apresentados no Relatório da CEAU do ano de 1993 (CEAU-CEE/SESu/MEC).

A CEAU definiu como prioridade de ação para o ano de 1994, a realização de cinco Seminários Regionais (Natal, Cuiabá, Porto Alegre, Vitória e São Paulo) e um Seminário Nacional (Brasília) com o objetivo de promover a discussão nacional sobre aperfeiçoamento de uma política nacional de educação do arquiteto e urbanista, que pudesse ter reflexos na qualidade de ensino, na produção científica e tecnológica e no mercado de trabalho, buscando sempre estimular a integração do sistema educacional com o desenvolvimento econômico e social.

Em relação aos currículos, que já estavam em discussão em muitos cursos, o relatório do CEAU enunciou a necessidade da revisão do currículo mínimo de 1969. Tendo como base as discussões ocorridas nos Seminários Regionais, a CEAU sistematizou as contribuições num primeiro documento apresentado ao Seminário Nacional (realizado na UnB em setembro de 1994), que resultou na formalização da proposta das novas DCNs que foram encaminhadas ao MEC.

Com base nessa proposta, em 21 de dezembro de 1994 o então Ministro da Educação Murílio Hingel baixou a Portaria 1770/94 – SESUMEC, que fixou as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. O Art. 10 das *Diretrizes Curriculares e Conteúdos Mínimos* fixou o prazo de dois anos para que os cursos de Arquitetura e Urbanismo buscassem os meios necessários para o integral cumprimento da Portaria.

As conclusões desse ciclo de auto avaliação conjunta da área de ensino, desenvolvida com os cursos previamente e durante estes seminários entre 1993 a 1994, subsidiaram a definição dos padrões de qualidade e o enunciado dos requisitos estabelecidos para a abertura e funcionamento dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, que foram incluídos na publicação *Ensino de Arquitetura e Urbanismo - Condições & Diretrizes*.[[2]](#footnote-2)

Entre 1995 a 1996 os cursos puderam reavaliar internamente os projetos pedagógicos e a correspondente prática acadêmica, para subsidiar o “redesenho” dos currículos plenos, adequando­-os às exigências decorrentes de uma nova base legal expressa nas *Diretrizes Curriculares e Conteúdos Mínimos* de 1994, e na nova legislação para o ensino superior (LDB/1996). A partir de 1997, iniciou-se um período de avaliação externa correspondente à verificação periódica dos cursos e ao exame anual de qualificação dos alunos concluintes – o conhecido provão.

A publicação, pela UNESCO em conjunto com a União Internacional dos Arquitetos (UIA), da *Charter of Architectural Education*, em junho de 1996, demonstrou o acerto das decisões encaminhadas no Brasil para o aperfeiçoamento e atualização da educação dos arquitetos e urbanistas.

Nesse mesmo ano de 1996 o Congresso Nacional aprovou e foi sancionada a nova *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira*, a LDB. Pelo novo ditame, ficavam extintos os “Currículos Mínimos” e eram instituídas as “Diretrizes Curriculares”. O MEC, fazendo cumprir o que determinava a LDB, inicia o processo de definição das Novas Diretrizes Curriculares com a publicação dos editais no 4 e no 5 de 1997, os quais convocavam as áreas do ensino superior a apresentarem propostas para as Novas Diretrizes Curriculares. O Grupo de Trabalho de Ensino de Arquitetura e Urbanismo do CONFEA organizou em conjunto com a ABEA e a Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FENEA) diversos encontros entre de fevereiro a maio de 1998 em São Paulo, Brasília, Porto Alegre e Recife, com a finalidade de discutir uma proposta coletiva.

Todas as contribuições encaminhadas resultaram na proposta de Resolução das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo, protocolada no MEC ainda no ano de 1998. Essa proposta de Diretriz curricular tramitou no Conselho Nacional de Educação (CNE) durante vários anos e foi finalmente aprovada no dia 2 de fevereiro de 2006 através da Resolução CNE/CES nº6/2006. Esta nova Diretriz foi complementada pelas resoluções CNE nº 2 e 3/2007, que alteraram a carga horária mínima, o tempo de integralização e o conceito da hora-aula dos cursos de ensino superior. A Resolução CNE/CES nº 2/2010 alterou a configuração do Trabalho de Graduação, mas a sua essência foi mantida.

A área de Arquitetura e Urbanismo lutou por cinco anos para que o *Trabalho Final de Graduação* fosse assumido pelo MEC como o Exame Nacional de Cursos (ENC) de Arquitetura e Urbanismo. Diante da insistente recusa do MEC, em 2002 foi realizado o primeiro *Exame Nacional de Cursos de Arquitetura e Urbanismo*, o Provão, tendo sido aplicado novamente em 2003. Este exame foi substituído em 2004, pelo *Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes* (ENADE) estabelecido pela Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004 que instituiu o *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior* (SINAES), com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior (IES), dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos seus estudantes. Os ENADEs foram aplicados aos estudantes de Arquitetura e Urbanismo em 2005, 2008, 2011 e 2014.

Esse instrumental regulatório tem embasado os processos avaliativos oficiais pelos quais a área de Arquitetura e Urbanismo tem passado. Foi assim com os *Roteiros de Avaliação para Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento* instituídos pela CEAU ainda sob a coordenação da SESu na segunda metade da década de 1990. Também fundamentou inicialmente os instrumentos de avaliação instituídos pelo INEP quando esse Instituto passou a realizar os procedimentos de avaliação a partir de 2002. Os Provões de 2002 e 2003 assim como as provas do ENADE de 2005, 2008, 2011 e 2014 também tiveram como base essa produção construída pelo coletivo da área de ensino em parceria com MEC.

Mais de uma década após a publicação pela CEAU do documento *Perfis da Área & Padrões de Qualidade*, em novembro de 2008 a ABEA realizou um Encontro sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo no qual o tema central da discussão foi o referido documento. Setenta e seis representantes de mais de cinquenta Instituições de Ensino aprovaram indicações para a atualização do documento, que após sistematizado foi aprovado pelo Congresso Nacional da ABEA realizado em novembro de 2009 em Brasília. Em 2013, os Seminários Regionais (João Pessoa, Brasília e Rio de Janeiro) realizados pela CEF-CAU/BR e o XXXII Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ENSEA) da ABEA realizado em Goiânia, apresentaram sugestões de atualização e aperfeiçoamento do documento, cuja sistematização está sendo apresentada nesta proposta.

Os processos avaliativos e regulatórios da área de ensino de Arquitetura e Urbanismo utilizaram como referência o documento *Perfis da Área e Padrões de Qualidade* e das *Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo*, mas a partir de 2002 o INEP, enquanto órgão responsável pela regulação e avaliação do ensino superior, promoveu a reformulação do *Manual de Avaliação dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo*, transformando-o numa versão, de caráter geral e abrangente para o conjunto das áreas de conhecimento. Tal generalização eliminou da avaliação dos cursos questões específicas relacionadas ao documento *Perfis da Área e Padrões de Qualidade* estabelecidos.

As necessidades diagnosticadas no ensino e a natureza da profissão de arquiteto e urbanista exigem o estabelecimento de padrões de qualidade para o ensino na área. Para tanto, é fundamental a contribuição das entidades profissionais, de ensino e de estudantes. Dessa forma, o CAU/BR, em parceria com a ABEA, vem contribuir para a melhoria do ensino de Arquitetura e Urbanismo por meio deste documento com uma proposta de reestabelecimento de critérios de qualidade para os cursos da área.

## **PERFÍS DA ÁREA**

### *Natureza da Profissão de Arquiteto e Urbanista: Habilitação única de caráter nacional*

No Brasil, o exercício profissional dos arquitetos e urbanistas é regulamentado por lei desde 1933. Hoje, a Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 define as atribuições e atividades dos arquitetos e urbanistas e, em seu Art. 3º, a Lei 12.378 registra que:

*“Os campos da atuação profissional para o exercício da Arquitetura e Urbanismo são definidos a partir das diretrizes curriculares nacionais que dispõem sobre a formação do profissional arquiteto e urbanista nas quais os núcleos de conhecimentos de fundamentação e de conhecimentos profissionais caracterizam a unidade de atuação profissional”*

A habilitação é única, ou seja, não existem modalidades na profissão, e a designação correta do curso de graduação é Curso de Arquitetura e Urbanismo. A habilitação para o exercício profissional se dá pelo registro no CAU/BR, do portador de diploma de graduação emitido por instituição com curso de Arquitetura e Urbanismo oficialmente reconhecido. A responsabilidade técnica está prevista na mesma lei 12.378/2010, e a responsabilidade social no Código de Ética e disciplina do CAU/BR (Resolução CAU/BR nº 52/2013).

Toda a legislação de regulamentação profissional tem caráter nacional, assim, cumpridas as diretrizes e exigências curriculares gerais e as leis de regulamentação profissional, os arquitetos e urbanistas podem exercer a profissão em qualquer parte do país, independentemente do lugar onde fizeram o curso. Por tais razões é imprescindível o cumprimento das exigências curriculares, sob pena de prejuízos e impedimentos ao exercício profissional de futuros arquitetos e urbanistas.

A profissão de arquiteto e urbanista goza do privilégio do exercício privativo decorrente de uma determinada formação, que requer conhecimentos especializados a fim de garantir a incolumidade dos usuários dos serviços profissionais. É necessário reafirmar a real necessidade de conhecimentos técnico-científicos para o desenvolvimento das atribuições e atividades do arquiteto e urbanista, evitando as intenções de “reserva de mercado”, e apostando na responsabilidade técnica e social da profissão como a verdadeira chave do reconhecimento e valor junto à sociedade.

Do ponto de vista legal, compete ao arquiteto e urbanista o exercício de todas as atividades referentes a edificações, conjuntos arquitetônicos e monumentos, arquitetura paisagística e de interiores, urbanismo, planejamento físico, urbano e regional. É um espectro bastante amplo que exige da formação profissional um esforço capaz de qualificar o arquiteto e urbanista na abrangência de suas competências legais, com o aprofundamento indispensável para que possa assumir as responsabilidades nelas contidas. Para tanto, faz-se necessário que a formação do futuro profissional contemple habilidades complexas e em campos bastante diversificados.

As Diretrizes Curriculares têm por objetivo disciplinar a organização de cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo de modo a qualificar a formação do estudante para o exercício profissional, proporcionando ao futuro arquiteto e urbanista o domínio essencial das matérias necessárias à sua atuação, garantindo a habilitação única e fortalecendo seus conhecimentos especializados, sem perder a noção de conjunto dos problemas da Arquitetura e Urbanismo e de suas relações com a sociedade.

## **PADRÕES DE QUALIDADE**

### *Requisitos de qualidade para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo*

O CAU/BR e a ABEA apresentam às Instituições de Ensino Superior, o documento *Perfis da Área e Padrões de Qualidade para o Ensino de Arquitetura e Urbanismo*, que define parâmetros e critérios de verificação da qualidade dessa formação. Além das Diretrizes Curriculares Nacionais, o documento baseia-se na *Charter of Architectural Education*, nas discussões levadas a cabo nos seminários promovidos pelo CAU/BR e pela ABEA em 2013 e 2104 e nos avanços recentes no ensino e na prática da Arquitetura e Urbanismo.

Este documento está dividido em três partes principais. A primeira aborda a **dimensão pedagógica**, que inclui critérios para o projeto pedagógico, metodologia de ensino, carga horária, trabalho final de graduação e estágio supervisionado. A segunda aborda a **dimensão docente**, que inclui critérios de qualidade para o corpo docente e para a política do curso em relação a este. A terceira aborda a **dimensão material**, ou seja, as instalações de uma forma geral, bibliotecas, laboratórios, e salas de aula, dentre outros.

### **Dimensão pedagógica**

#### **1.1 Projeto Pedagógico**

O projeto pedagógico do curso deve:

* Estar atualizado com as atribuições profissionais e com as discussões contemporâneas;
* Atender às definições contidas nas Diretrizes Curriculares vigentes com clara descrição de competências, habilidades e perfil desejado para o futuro profissional;
* Valorizar a formação generalista com opção de componentes e atividades complementares;
* Ter como pressuposto a interdisciplinaridade, evitando o modo compartimentalizado de ensino baseado em disciplinas estanques;
* Buscar o envolvimento dos alunos nos processos construtivos, verificações laboratoriais, pesquisas bibliográficas, iconográficas e de campo, vivenciando os problemas a serem resolvidos no âmbito do projeto e do planejamento urbano;
* Entender a questão da cidade, da paisagem e do edifício de forma indissociável, concentrando a integração do urbanismo, do paisagismo e da arquitetura nos ateliês de projeto;
* Promover a integração entre a atividade profissional e pesquisa acadêmica, buscando a abertura à novas tecnologias e à questão da sustentabilidade;
* Adotar processos de ensino-aprendizagem com a utilização de múltiplas formas de apropriação do conhecimento, trabalhando os componentes curriculares sob a forma de atividades, disciplinas, seminários, viagens e visitas e outras formas de implementação curricular;
* Incentivar o envolvimento dos alunos nos processos construtivos, verificações laboratoriais, pesquisas bibliográficas, iconográficas e de campo, vivenciando os problemas a serem resolvidos no âmbito da prática profissional;
* Estimular atividades de pesquisa e extensão e a criatividade, de forma a garantir o desenvolvimento de metodologias consentâneas com a transformação do conhecimento no campo da construção do edifício e da cidade;
* Estimular estudos de tecnologia da arquitetura e do urbanismo numa perspectiva histórica, pragmática e especulativa, compreendendo as técnicas tradicionais, as técnicas de uso corrente e a inovação tecnológica;
* Estimular o estudo da história da arquitetura e do urbanismo a partir da compreensão das soluções espaciais e técnicas utilizadas ao longo do tempo e em diferentes contextos, assim como a reflexão teórica sobre os modos de produção da arquitetura e da cidade como contribuição efetiva à metodologia projetual;
* Contemplar características culturais, climáticas, ambientais e regionais;
* Manter um sistema de auto avaliação constante no qual a opinião dos alunos seja levada em conta;
* Apresentar flexibilidade curricular e não estabelecer excessivas exigências de precedência (pré-requisitos) entre as áreas de estudo correspondentes aos núcleos de conhecimentos de fundamentação e de conhecimentos profissionais e nem distinguir entre ciclos básico e profissionalizante; e
* Incentivar a produção projetual dos docentes juntamente com a produção acadêmica como elemento do aprendizado.

#### **1.2 Metodologia de ensino**

A metodologia de ensino adotada pelo curso deve:

* Estimular o aluno a desenvolver uma leitura crítica da realidade, por meio de óticas integradas da paisagem, do urbanismo e da arquitetura, baseada em metodologias de ensino que priorizem a resolução de problemas;
* Conter diferentes atividades pedagógicas, contemplando atividades de extensão, iniciação à pesquisa, viagens e visitas, estágio supervisionado e manter intercâmbios de alunos e de professores com instituições internacionais;
* Fazer com que as disciplinas de Atelier (projeto da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo) sejam o *locus* da integração dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas conceituais ou teóricas (teoria e história) e instrumentais (tectônica, topografia, conforto ambiental);
* Ter metodologias de integração dos distintos saberes tendo o projeto como foco, ou seja, as disciplinas conceituais e instrumentais devem contribuir diretamente para a resolução do projeto;
* Procurar adotar uma mesma área como objeto de estudo para o ensino de arquitetura, urbanismo e paisagismo, de forma a que o aluno consiga ter uma visão global dos problemas;
* Incluir os conteúdos de matemática e física necessários ao aprendizado nos componentes curriculares relativos aos campos de saber profissionais tais como conforto ambiental, sistemas estruturais, tecnologia da construção e do urbanismo e projeto;
* Promover visitas a obras fundamentais, a cidades e regiões e a conjuntos de Arquitetura e Urbanismo de caráter exemplar ou inovador; e
* Manter programas de pesquisa e extensão que envolvam alunos e professores do curso e relações de cooperação e intercâmbio com outros departamentos da instituição e de outras instituições, e com a sociedade.

#### **1.3 Cargas horárias**

Recomenda-se que cargas horárias não ultrapassem o patamar de 24 h por semana em qualquer período (semestral ou anual), a fim de que os alunos possam dispor de tempo livre para seus estudos.

Deverá ser observada a obediência à carga horária e ao tempo de integralização estabelecidos em resolução do CNE, atribuindo-se maior percentual para os componentes curriculares relacionados às atribuições de competências (Núcleo de Conhecimentos Profissionais).

Deverão ser excluídas da carga horária mínima de 3.600 horas definidas em resolução do CNE as cargas horárias relativas às Atividades Complementares, ao Trabalho Final de Graduação e ao Estágio Supervisionado Obrigatório, ou seja, a carga horária total deve contemplar apenas atividades presenciais.

#### **1.4 Trabalho Final de Graduação**.

O Trabalho Final de Graduação (TFG) constitui atividade avaliativa das condições de qualificação para o exercício profissional. Assim recomenda-se que o TFG deve:

* Ser realizado apenas após a integralização dos demais componentes curriculares definidos no Projeto Pedagógico do curso, tendo em vista que o TFG não é uma disciplina, e sim atividade exigida para a conclusão do curso e obtenção do diploma.
* Contar com carga horária, na estrutura curricular, para orientação, ou seja, para cada aluno orientado deve-se ter uma carga horária definida para o docente, à razão de uma hora por semana, no mínimo.
* Constituir-se num trabalho individual, com tema de livre escolha do aluno, obrigatoriamente relacionado com as atribuições profissionais a ser desenvolvido sob a orientação de professor arquiteto e urbanista.
* Ter uma relação orientador-aluno que não ultrapasse o número de 4 alunos para cada professor.
* Deve ser obrigatoriamente orientado por um docente arquiteto e urbanista com a possível co-orientação de professores com outras formações.

A avaliação do Trabalho Final de Graduação deverá ser feita por banca composta por, no mínimo, três arquitetos e urbanistas, sendo dois deles docentes do curso com a participação de arquiteto e urbanista externo à instituição, de reconhecida experiência e competência na área do TFG.

#### **1.5 Estágio Supervisionado**

Os estágios supervisionados devem estabelecer pontes entre as atividades acadêmicas e a experiência prática em ambiente profissional. Os cursos devem ter supervisores de estágio que possam certificar e avaliar estas experiências em termos de aprendizado para o aluno.

### **Dimensão Docente**

Em relação ao seu corpo docente, o curso deve:

* Ter um quadro qualificado e em número suficiente para que seja respeitada a relação professor/aluno de um para quinze em aulas/atividades práticas e de projeto na proporção de um professor para até trinta alunos em aulas/atividades teóricas
* Manter uma relação equilibrada entre professores envolvidos com a prática profissional e professores com maior experiência acadêmica. Deve existir um percentual significativo de profissionais com atuação prática fora do mundo acadêmico, a fim de garantir uma visão mais aplicada dos conhecimentos da Prática Profissional.
* Promover a valorização permanente dos docentes, incentivando a qualificação com remuneração adequada, o apoio à produção científica, técnica e à participação em eventos e a adoção de planos de carreira.
* Estimular e criar condições para a atuação integrada dos professores na associação entre ensino, pesquisa e extensão, e no atendimento aos objetivos expressos no projeto pedagógico, assumindo o compromisso ético com a formação do estudante.
* Definir uma carga horária para o docente que comporte o atendimento aos alunos fora do horário das aulas, para esclarecer dúvidas, orientar trabalhos individuais ou de grupos.
* Manter uma política contínua de valorização dos docentes oferecendo condições para sua educação continuada, apoiando a produção científica e técnica e a participação em eventos.
* Incentivar a permanente qualificação com remuneração adequada e planos de carreira.
* Incentivar e valorizar a experiência profissional do docente oferecendo disciplinas na área em que este atua, na medida em que as disciplinas de formação profissional devem ser oferecidas por profissionais habilitados na forma da lei (LEI N°12.378 de 2010).

### **Dimensão material**

O curso deve dispor de meios (ateliers, biblioteca, laboratórios, espaços de sala de aula, de pesquisa e uso comum) suficientes e adequados para o desenvolvimento e aplicação das diretrizes curriculares gerais, garantindo as condições de oferta do seu projeto pedagógico.

#### **3.1 Biblioteca**

O acervo físico deve ser atualizado e contar com no mínimo 5.000 títulos da área de Arquitetura e Urbanismo. A bibliografia básica referida nos programas dos componentes curriculares do curso, deve estar disponível na proporção de um exemplar para cada oito alunos matriculados, com o mínimo de quatro títulos por componente curricular. Deve conter periódicos nacionais e internacionais, além de títulos que contemplem a produção regional existente.

A Biblioteca deverá ainda: ter espaço para o acervo digitalizado; ter acesso às bases indexadas de periódicos e livros digitais; possuir acervo de mapas e cartografia; buscar a legalização de cópias de textos pela pasta do professor na internet;; utilizar outras mídias, na intenção de contar como títulos; estar localizada no espaço físico da IES/Curso o mais próximo possível do mesmo; indicar títulos (básicos) compatíveis com as informações presentes no Projeto Pedagógico do Curso; espaço destinado ao acervo dos Trabalhos Finais de Graduação. A biblioteca deve ter ainda uma política de manutenção, atualização e ampliação do acervo existente.

#### **3.2 Laboratórios**

Os componentes curriculares referentes aos núcleos de conhecimentos das Diretrizes Curriculares e que requerem espaços e equipamentos especializados, tais como tecnologia da construção, sistemas estruturais, conforto ambiental, projeto de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo, topografia, informática aplicada à arquitetura e ao urbanismo, têm como condição para a sua oferta a existência de laboratórios, maquetaria, salas de projeto, acervo bibliográfico, além de equipamentos a eles correspondentes. Os laboratórios devem ter seus próprios planos de manutenção.

Os laboratórios exigidos são as seguintes:

##### *3.2.1 Laboratório de Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo:*

Tem o objetivo de implementar a utilização do instrumental da informática no cotidiano do aprendizado. Para tal, deve obedecer à relação de um aluno por maquina por turma, de maneira a permitir o cumprimento do conteúdo obrigatório previsto nas diretrizes curriculares e ainda disponibilidade para a utilização livre do corpo discente fora do horário de aula. Deve ter acesso a rede sem fio e manter um plano de atualização para equipamentos e softwares. Os alunos devem ter a sua disposição equipamentos necessários à pesquisa e produção de imagem que subsidiem as atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão no campo da iconografia de Arquitetura e Urbanismo.

##### *3.2.2 Laboratório de Conforto Ambiental:*

Este laboratório deve **p**ermitir a utilização de modernos métodos de análise e a familiarização com equipamentos que possibilitem orientar o projeto, considerando as variáveis ambientais e sua ação sobre as construções e as cidades, e os processos físicos a elas associados, para garantir o nível de desempenho necessário e esperado do ponto de vista da satisfação do usuário e da eficiência energética.

##### *3.2.3 Laboratório de Tecnologia da Construção:*

Este laboratório deve conter equipamentos que garantam em número e desempenho a verificação laboratorial de materiais e componentes construtivos especificados no projeto e empregados na obra; experimentação e ensaios tais como os relativos a técnicas construtivas; modelos de sistemas construtivos; patologias; equipamentos para rompimento de corpos de prova de concreto e argamassa, ensaio normalizado de agregados miúdos, ensaio não destrutivo do concreto, ensaio de tração. Estão incluídas as instalações e equipamentos prediais e a infraestrutura urbana.

##### *3.2.4 Laboratório de Maquetes, protótipos e fabricação digital:*

Este laboratório deve ser um espaço equipado de maneira a permitir o trabalho de alunos na experimentação através de maquetes e modelos, auxiliando todas as disciplinas no desenvolvimento dos trabalhos de curso. Número de equipamentos adequados ao número de usuários. Devem estar plenamente disponíveis aos alunos novos recursos, como máquinas de corte a laser para a produção de maquetes e modelos. Tomando como referência laboratórios de última geração, este laboratório deve possibilitar a efetiva incorporação de tecnologias de projeto auxiliado por computador em todas as etapas do projeto, como coadjuvante no processo criativo, na produção de modelos geométricos e físicos, na produção de desenhos técnicos e peças construtivas, na identificação de interferências, na avaliação de desempenho acústico, térmico, estrutural e outros. Em síntese, ele deve estar plenamente incorporado às atividades didáticas de projeto.

##### *3.2.5 Laboratório de Multimeios e Produção de Imagem:*

Deve conter equipamentos necessários à pesquisa e ensaio que subsidiam as atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão no campo da iconografia de Arquitetura e Urbanismo. Devem ter um programa de manutenção e ampliação do acervo existente de fotografias e imagens, com imagens digitais de arquitetura organizadas em um banco de imagens de fácil acesso.

#### **3.3 Instalações**

As instalações físicas em geral devem ser plenamente acessíveis, terem acesso livre e sem fio a internet e um sistema de prevenção de incêndio. As instalações elétricas, hidráulicas e hidro sanitárias, de computadores e outras relativas a equipamentos especializados devem estar adequados às normas de segurança e de manutenção. Todos os espaços construídos devem ter insolação, iluminação natural, iluminação artificial e ventilação adequadas às necessidades humanas, além de uma boa acústica e conforto térmico. Deverão existir equipamentos multimídia em quantidade suficiente para atendimento das demandas. O curso deve apresentar um plano de manutenção de todos os equipamentos. O mobiliário deve estar bem conservado. Além dos laboratórios acima mencionados, existem três tipos de salas previstas:

##### *3.1.1 Salas para aulas teóricas*

As salas de aula devem ser em número e área suficientes para abrigar as atividades exigidas pelas propostas acadêmicas do curso. Devem estar disponíveis para uso, com recursos e equipamentos que deem suporte às atividades de professores e alunos, com tomadas e acesso sem fio a internet.

##### *3.1.2 Auditório e Sala de Projeção*

As atividades acadêmicas devem contar ainda com espaços destinados a auditórios e equipamentos multimídia que permitam a realização de eventos, palestras bem como a projeção de filmes, vídeos, e demais atividades programadas pelo curso.

##### *3.1.3 Salas de Projeto (atelier)*

Com pranchetas ou mesas equipadas com réguas paralelas na proporção de uma para cada aluno de modo a garantir lugar para o trabalho de todos os alunos da turma reunidos no horário de aula. As salas devem receber equipamentos de informática de modo a atender aos novos modos de produção dos projetos disponibilizando internet sem fio e tomadas elétricas para alimentação dos equipamentos de informática portáteis. Devem ainda contar com armários individuais para guarda de material e tomadas e serem disponibilizadas para atividades extraclasses dos alunos. Além disso, devem dispor de espaço para exposições em suporte físico e em projeção digital.

# ANEXO 3 – ROTEIRO DE RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

## **Orientações gerais de preenchimento do RAA**

O Relatório de Autoavaliação (RAA) serve como balizador para o início do processo de acreditação do curso. Espera-se que o relatório descreva sucintamente o curso e como ele atende às condições requeridas pela acreditação. O relatório em si não será avaliado, mas será o ponto de partida para a leitura do curso pelos avaliadores e onde serão identificados pontos a serem verificados na visita in loco.

As dificuldades enfrentadas muitas vezes são comuns, e a criatividade nas propostas de resolução é o que tende a elevar a qualidade do curso. Sendo assim, o que se busca no relatório de autoavaliação é um panorama sincero do curso, identificando e assumindo as dificuldades e mostrando iniciativas para resolvê-las, que é mais importante do que a omissão de um problema.

O relatório deve seguir um roteiro específico que consiste de questões relativas aos principais temas a serem avaliados no processo de acreditação. **Este roteiro visa orientar o preenchimento da autoavaliação, e acompanha um caderno de respostas e anexos (tabelas) editáveis que serão encaminhadas.** O documento deverá ser preenchido utilizando a fonte Times New Roman, com tamanho da fonte 11.

Não existe limitação de linhas por resposta, porém, o relatório de autoavaliação deve conter no **mínimo 70 e no máximo 150 páginas** (exceto anexos). Desta forma, recomenta-se a **coerência e objetividade** nas respostas, conforme importância e relevância de cada questão apresentada.

Recomenda-se que a resposta seja construída de forma coletiva, sobretudo, com o envolvimento da Coordenação, Colegiado, Departamento e/ou Núcleo Docente Estruturante (NDE), por meio da realização de reuniões temáticas conforme os temas do questionário, e que o mesmo seja assinado pelo NDE. As reuniões e eventos poderão ser registrados e contar dos anexos do RAA. **Os responsáveis pela elaboração do RAA deverão ser devidamente identificados na folha de resposta**.

O relatório irá percorrer temas que vão desde os princípios que regem o curso, sua história, metodologia de ensino, informações sobre o quadro docente e discente, até as formas de avaliação dos trabalhos dos estudantes e estrutura física.

Uma vez aprovado o RAA, quanto a sua forma e suficiência de conteúdo, o curso será considerado apto para a etapa seguinte do processo de Acreditação. A avaliação será complementada com visita ao curso, que compreenderá entrevistas a toda a comunidade (estudantes, docentes, arquitetos e urbanistas, corpo diretivo, etc.) e avaliação dos trabalhos dos estudantes e da estrutura físicas do curso, verificando, validando ou refutando a avaliação apresentada.

**As respostas são propostas de duas formas, sendo que algumas perguntas têm campo de resposta discursiva livre, e outras têm um roteiro de resposta dividido em três etapas.** Nestas, onde espera-se que o tema seja abordado percorrendo as questões levantadas na pergunta conforme o quadro a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| 1. **Planejamento** | 1. **Desenvolvimento** |
| O PPC é o principal documento de orientação para o desenvolvimento do curso. Ele reflete os desejos e as intenções institucionais para a implantação e funcionamento do curso, elaborado pelo NDE e demais instâncias do curso/IES, com todo o esmero e conhecimento da legislação de Ensino e demais normativos legais.  **Descrever como o tema e os tópicos estão previstos no PPC e demais documentos do curso, ou seja, como a questão foi pensada e planejada.** | Muitas vezes as intenções previstas no PPC não conseguem ser implementadas por diversas razões alheias, ou não, às condições da IES, do Curso ou dos próprios dirigentes e colaboradores desta estrutura. Em alguns casos estas adequações, momentâneas ou permanentes, são necessárias para garantir o bom funcionamento do curso.  **Contextualizar como o tema e os tópicos previstos no PPC e demais documentos do curso vêm sendo desenvolvidos na prática.** |
| 1. **Resultados e Avaliação** | |
| A flexibilidade e a ousadia de adequação do que foi previsto, usando a implantação para fomentar ajustes de rota, é um processo natural de amadurecimento. Da mesma forma, admitir a existência de dificuldades e encará-las é parte do processo. Muitas vezes soluções criativas geram resultados melhores do que o que poderia ter sido planejado.  **Avaliar como desenvolvimento, na prática, demonstrou a necessidade de adequação do previsto, e se diante de dificuldades surgidas durante o desenvolvimento como foram feitos ajustes.**  **Quais os resultados que vêm sendo obtidos, com foco na qualidade da formação profissional?**  **Qual a avaliação crítica de como o tema vem sendo desenvolvido e o que poderia melhorar?**  **Há intenção de revisão do tema ou do seu desenvolvimento?** | |

**Deverão ser anexados os seguintes documentos,** nas pastas indicadas na “pasta padrão” enviada (devidamente identificados e com data):

* **PPC vigente;**
* **Estrutura curricular com carga horária vigente;**
* **Regulamentação de atividades complementares;**
* **Regulamentação de estágio curricular supervisionado;**
* **Regulamentação de trabalho final de graduação;**
* **Regulamentação de Pesquisa, Extensão e Monitoria;**
* **Relação de corpo docente e técnico** (conforme tabela modelo);
* **Relação de participação em eventos e premiações** (conforme tabela);
* **Trabalhos teóricos e práticos dos acadêmicos:** (conforme orientação).

Poderão ser anexados outros tipos de informação que julgar pertinentes, como conteúdos programáticos das disciplinas, fotografias, tabelas, plano de cargos, carreiras e remuneração e outros documentos, nos apêndices, de forma a não retirar o foco da narrativa.

## **Autoavaliação**

### IIa. Dimensão Institucional

#### **Histórico e contexto**

1. Esta parte do relatório deve abordar o contexto de **fundação** da IES e do curso, sua **missão** e objetivos iniciais e a **evolução** institucional. Deve ser inserida uma breve descrição da IES a qual o curso está submetido e qual a posição do curso dentro desta organização. Devem ser destacadas as mudanças de perfil ao longo dos anos respondendo às transformações da Arquitetura e Urbanismo, do ensino e das políticas educacionais. Deve descrever ainda **o curso e suas particularidades**, além de questões regionais relevantes e informações gerais sobre quantitativos de estudantes e docentes.

|  |
| --- |
| **Resposta aberta** |
|  |

#### **Avaliação institucional**

1. A **participação do corpo discente na avaliação e gestão** de sua formação contribui para a melhoria do ensino e aprendizagem.

* Como os estudantes apreciam os méritos e julgam o seu curso?
* Como a gestão do curso dá valor às colaborações dos estudantes?

|  |
| --- |
| **Resposta aberta** |
|  |

### IIb. Dimensão pedagógica

#### **Diretrizes curriculares, projeto e formação**

1. O curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo deve, em seu conjunto, buscar não apenas o perfil desejado de seus formandos, como também, desenvolver competências e habilidades nos estudantes e se empenhar na **formação de profissionais generalistas**, aptos a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade.

* Quais os **princípios** que regem o ensino do seu curso?
* Qual o **perfil desejado para o futuro profissional**?

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

1. O **Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo** constitui atividade de criação propositiva, referente à arquitetura das habitações, edifícios e espaços em geral, bem como a projetos de paisagens, cidades e regiões, em uma abordagem interdisciplinar.

* Quais as formas de **integração entre teoria e prática no ensino de projeto**?
* Quais as formas de **integração entre as disciplinas de conforto, tecnologia e tectônica, teoria e história** no ensino de projeto?
* Como as diferentes **escalas do espaço construído** e sua integração com a paisagem e o ambiente, são trabalhadas no ensino de projeto?
* As disciplinas de projeto de arquitetura, urbanismo e paisagismo são **desenvolvidas em uma mesma área territorial**, permitindo a compreensão da amplitude da atividade profissional?
* Como o ensino de projeto lida com as **pré-existências**?
* Quais os principais temas abordados nas disciplinas de projeto?
* Como o ensino de projeto tem incorporado a preocupação com **os conceitos centrais, percepções e materiais**, além da abordagem funcionalista baseada em definição de áreas, fluxos e programas?
* Quais os **assuntos candentes, emergentes, inovação** técnico-científica, teórica, artística e social?
* Ocorrem sessões abertas de apresentação e avaliação e como se estruturam?
* Quais as disciplinas, componentes curriculares e atividades associadas?
* Como isto **está se refletindo na formação profissional**?

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

1. Os cursos devem incluir entre seus temas de trabalho **os problemas de maior interesse coletivo e regional, mediante atenção às necessidades sociais, culturais e ambientais**.

* Como o seu curso tem lidado com o desenvolvimento de habilidades e perfis em relação à **acessibilidade, urbanização de áreas carentes, habitação de interesse social e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS)** entre outros temas de interesse coletivo e social?
* Que esforços têm sido feitos para adequar o programa ao **contexto local e regional**?
* Quais as disciplinas, componentes curriculares e atividades associadas?
* Como isto **está se refletindo na formação profissional**?

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

1. Os cursos de Arquitetura e Urbanismo devem estabelecer ações pedagógicas visando ao desenvolvimento de condutas e atitudes com responsabilidade em relação ao **equilíbrio ecológico e o desenvolvimento sustentável do ambiente natural** e construído.

* Como a **utilização racional dos recursos** é abordada nas disciplinas de projeto e planejamento?
* Como é abordada a questão do **meio ambiente**?
* Como se entende o **desenvolvimento sustentável**?
* Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (**ODS**) das Nações Unidas são abordados?
* São tratados os **impactos ambientais** e medidas mitigadoras?
* Como a **questão regional** é abordada e que esforços têm sido feitos para adequar o programa ao **contexto local e regional**?
* Quais as disciplinas, componentes curriculares e atividades associadas?
* Como isto **está se refletindo na formação profissional**?

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

1. Os cursos devem abordar as práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a **preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades**, bem como o conhecimento da história das artes e da estética, suscetível de influenciar a qualidade da concepção e da prática de arquitetura, urbanismo e paisagismo.

* **Patrimônio histórico cultural e artístico** é abordado em termos projetuais, teóricos e históricos?
* Como o seu curso tem lidado com o desenvolvimento de habilidades e perfis em relação ao **patrimônio histórico cultural e artístico**?
* Que esforços têm sido feitos para adequar o programa ao **contexto local e regional**?
* Quais as disciplinas, componentes curriculares e atividades associadas?
* Como isto **está se refletindo na formação profissional**?

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

1. Os cursos devem proporcionar o domínio de técnicas, metodologias de pesquisa e projeto em **planejamento urbano e regional**, urbanismo e desenho urbano, bem como a compreensão dos sistemas de infraestrutura e de trânsito, necessários para a concepção de estudos, análises e planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional.

* Como o seu curso tem lidado com o desenvolvimento de habilidades e perfis em relação ao **planejamento urbano e regional, estatuto da cidade, estatuto da metrópole, plano diretor e parcelamentos**?
* Que esforços têm sido feitos para adequar o programa ao **contexto local e regional**?
* Quais as disciplinas, componentes curriculares e atividades associadas?
* Como isto **está se refletindo na formação profissional**?

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

1. O eixo de disciplinas de **teoria e história da Arquitetura e Urbanismo** - ao abordar o problema teórico, conceitual, do edifício, da cidade e da paisagem - deve permitir a compreensão das diferentes formas de produção do ambiente construído, diante de diferentes contextos sociais, tecnológicos, culturais, econômicos e territoriais, em diferentes tempos históricos.

* O ensino de teoria e história tem participado e **dado suporte às soluções projetuais e de planejamento**?
* O ensino de teoria e história têm **enfatizado a compreensão das soluções espaciais e técnicas utilizadas ao longo do tempo e em diferentes contextos**, assim como a reflexão teórica sobre os modos de produção da arquitetura e da cidade?
* Quais as disciplinas, componentes curriculares e atividades associadas?
* Como isto **está se refletindo na formação profissional**?

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

1. No eixo de **tectônica e tecnologia** espera-se que o futuro egresso adquira os conhecimentos especializados para o emprego adequado e econômico dos materiais de construção e das técnicas e sistemas construtivos, para a definição de instalações e equipamentos prediais, para a organização de obras e canteiros e para a implantação de infraestrutura urbana, de acordo com os avanços tecnológicos apropriados à contemporaneidade.

* O ensino de tectônica e tecnologia tem participado e **dado suporte às soluções projetuais e de planejamento**?
* Como é ministrada a **concepção dos projetos** estruturais e complementares?
* Quais as disciplinas, componentes curriculares e atividades associadas?
* Como isto **está se refletindo na formação profissional**?

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

1. O curso de Arquitetura e Urbanismo deverá ensejar condições para que o futuro egresso tenha como perfil o entendimento das condições climáticas, acústicas, lumínicas e energéticas e o domínio das técnicas apropriadas a elas associadas, entendidas como o campo de **conforto ambiental**.

* O ensino de conforto ambiental tem participado e **dado suporte para as soluções projetuais e de planejamento**?
* Como é incorporada a **experimentação e análise de soluções de conforto**?
* Quais as disciplinas, componentes curriculares e atividades associadas?
* Como isto **está se refletindo na formação profissional**?

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

1. Os meios de **expressão e representação gráfica** (desenho de observação, técnico, CAD, BIM, modelagem por meio de maquetes e princípios de fotorrealismo) caracterizam o conhecimento dos instrumentais de representação e modelagem gráfica e informacional aplicada à arquitetura, ao urbanismo, ao paisagismo e ao planejamento urbano e regional.

* O domínio de programas de representação gráfica tem **dado suporte às soluções projetuais e de planejamento**?
* Como é incorporada a **experimentação e modelagem gráfica e informacional** **como instrumento projetual**?
* Quais as disciplinas, componentes curriculares e atividades associadas?
* Como isto **está se refletindo na formação profissional**?

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

1. A estrutura curricular deve estimular e pressupor o uso de **Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**, por meio de diferentes fontes e formas de pesquisa, experimentação, materialização e abstração.

* A instituição incentiva o uso de TIC para compartilhamento de arquivos e aprendizagem cooperativa?
* O ensino na modalidade a distância foi implantado no curso?
* Qual tecnologia é utilizada e como funciona?
* Em quais disciplinas, componentes curriculares e atividades e em qual proporção?
* Como isto está se **rebatendo no ensino de projeto**?
* Como isto **está se refletindo na formação profissional**?
* Como é o **desempenho e qual o nível de satisfação** **dos estudantes** em relação às disciplinas na modalidade à distância?

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

1. A atuação ética de arquitetos e urbanistas está prevista na Lei Federal nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e normativos do CAU/BR, como o Código de **Ética e Disciplina**, instituído pela Resolução CAU/BR n° 52, de 6 de setembro de 2013.

* Como a atuação ética tem sido trabalhada em seu curso?
* Existem disciplina(s) específica(s) para tal?

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

#### **Carga horária**

1. Os **conteúdos curriculares** do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo devem estar **distribuídos em núcleo de conhecimentos de fundamentação e núcleo de conhecimentos profissionais de forma integrada.**

* Como a formação está organizada?
* Existem requisitos, pré-requisitos ou co-requisitos?
* Qual o grau de flexibilidade?

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

1. Os normativos vigentes determinam a **carga horária mínima** de 3.600 horas (hora relógio) a serem integralizados em 5 anos. Especifique as cargas horárias do curso em horas relógio, indique seus percentuais na composição total e comente em relação a:

* Carga horária total;
* Carga Horária para conteúdos curriculares do núcleo de conhecimentos de fundamentação;
* Carga Horária para conteúdos curriculares do núcleo de conhecimentos profissionais;
* Carga Horária para atividades complementares;
* Carga Horária de estágio;
* Carga Horária para TFG;
* Carga Horária total oferecida a distância.

*\*anexar a estrutura curricular de acordo com as informações prestadas relativas ao curso atualmente oferecido. No caso de existirem mais de um currículo vigente, responda para o currículo mais recente.*

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

1. A **distribuição da carga horária** a qual o corpo discente está submetido a cada período letivo tem reflexos no seu rendimento acadêmico.

* Qual a carga horária semanal média?
* Como é avaliada a **relação entre a carga horária semanal e o tempo extraclasse** necessário ao cumprimento do currículo?
* Como é avaliado o **rendimento dos discentes** em função da carga horária semanal?
* Como é o **desempenho e qual o nível de satisfação** **dos estudantes** em relação a carga horária semanal?

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

#### **Pesquisa e extensão**

1. Em geral, a produção de conhecimento **científico via pesquisa acadêmica** tem tido efeitos positivos em relação ao curso de graduação revigorando as metodologias de ensino e o conteúdo nas diferentes áreas e escalas de intervenção.

* Quais as atividades de pesquisa que existem em seu curso?
* O seu curso tem um programa de pós-graduação? Quais as linhas de pesquisa existentes?
* Quais as principais pesquisas e quais os financiamentos e prêmios obtidos junto aos órgãos de fomento?
* São oferecidas **bolsas de iniciação científica**, remuneradas ou não, via CNPQ ou outros?
* Existe alguma forma de incentivo para a publicação das pesquisas?
* Estas **atividades de pesquisa têm tido rebatimento no curso de graduação**?
* Há **atribuição de carga horária para os estudantes e docentes** e como é sua composição na estrutura curricular?
* Existem formas de integração entre estudantes da graduação e a estrutura de pesquisa na graduação e na pós-graduação?
* Como isto **está se refletindo na formação profissional**?

*\*anexar a regulamentação de pesquisa.*

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

1. Programas de **extensão universitária**, em funcionamento permanente, permitem o engajamento do corpo docente como responsável e do corpo discente como participante, integrados à formação. Comente o tema apresentado, abordando o(s) seguinte(s) tópico(s):

* Qual a política do curso em relação à extensão?
* Como é a regulamentação?
* Quais os principais projetos de extensão colocados em prática nos últimos anos?
* Quais os pressupostos metodológicos e temáticos destes projetos?
* São oferecidas **bolsas de iniciação científica voltadas para extensão**, remuneradas ou não, via CNPQ ou outros?
* Existe alguma forma de fomento institucional ou externo para a extensão? Como funciona?
* Quais os principais atores da sociedade civil envolvidos neste processo?
* Quais os principais produtos e o retorno conferido à sociedade civil?
* Estas **atividades de extensão têm tido reflexo no curso de graduação**?
* Há **atribuição de carga horária para os estudantes e docentes** e como é sua composição na estrutura curricular?
* Como isto **está se refletindo na formação profissional**?

*\*anexar a regulamentação de extensão universitária.*

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

1. Programas de **monitoria**, em funcionamento permanente, permitem o engajamento do corpo discente, como forma de reforçar o ensino e aprendizagem dos estudantes.

* Qual a política do curso em relação à monitoria?
* Como é a regulamentação?
* Quais as principais atividades de monitoria desenvolvidas?
* São oferecidas **bolsas de monitoria**?
* Estas **atividades de monitoria têm tido reflexo no curso de graduação**?
* Há **atribuição de carga horária para os estudantes e docentes** e como é sua composição na estrutura curricular?
* Como isto **está se refletindo na formação profissional**?

*\*anexar a regulamentação de monitoria.*

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

#### **Atividades complementares**

1. As atividades complementares são componentes curriculares **enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando e deverão possibilitar o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do estudante, inclusive as adquiridas fora do ambiente acadêmico**, que serão reconhecidas mediante processo de avaliação.

* Qual a política do curso em relação às atividades complementares?
* Como é a regulamentação?
* Quais as atividades aceitas?
* Há **atribuição de carga horária para os estudantes** e como é sua composição na estrutura curricular?
* A supervisão é feita por profissional habilitado na instituição?
* Como isto **está se refletindo na formação profissional**?

*\*anexar regulamentação das Atividades Complementares.*

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

#### **Estágio supervisionado**

1. O **estágio curricular supervisionado** deverá ser concebido como conteúdo curricular obrigatório, abrangendo diferentes modalidades de operacionalização.

* Qual a política do curso em relação ao estágio obrigatório?
* Como é a regulamentação?
* As **áreas de atuação dos estágios obrigatórios são condizentes com as atribuições profissionais** de Arquitetura e Urbanismo?
* Há **atribuição de carga horária para os estudantes e docentes** e como é sua composição na estrutura curricular?
* A supervisão na instituição é feita por profissional legalmente habilitado e registrado no CAU?
* Quais os requisitos do curso quanto ao supervisor no local de estágio?
* Como isto **está se refletindo na formação profissional**?

*\*anexar regulamentação do estágio curricular supervisionado.*

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

#### **Trabalho final de graduação**

1. O Trabalho Final de Graduação é uma **atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa**. Conforme disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, deverá ser individual, ser supervisionado por docente do curso, escolhido pelo estudante, e que tenha afinidade com a área temática do trabalho, abrangendo uma investigação técnico-científica a ser desenvolvida ao longo do último ano do curso.

* Como é estruturada a coordenação do TFG?
* Quais os pré-requisitos para o TFG quanto à integralização curricular?
* Tem caráter individual?
* Como é feita a definição do tema?
* Como é definido o docente orientador?
* A orientação é feita por docente do curso?
* O orientador é obrigatoriamente arquiteto e urbanista?
* Há a possibilidade de coorientação?
* Qual a carga horária semanal atribuída ao docente para orientação individual?
* Existe limite de orientandos por docente?
* Quais os critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação?
* Qual o resultado/produto exigido?
* Como é feita a composição da banca avaliadora?
* Como é feita a divulgação e arquivo do TFG?

*\*anexar regulamentação de trabalho final de graduação.*

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

### IIc. Dimensão Corpo Docente e Técnico

#### **Proporção docente/discente**

1. A União Internacional dos Arquitetos recomenda uma **relação docente/discente**, de 1/15 para atividades práticas e 1/30 para atividades teóricas.

* Como a proporção recomentada se aplica ao seu curso?
* Qual a proporção docente/discente nas disciplinas de práticas e teóricas?
* Como é tratada a proporção docente/discente nas disciplinas de projeto?
* Qual a carga horária de atendimento extraclasse?

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

#### **Seleção, valorização e qualificação do corpo docente**

1. As instituições de ensino superior visam a formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, e para atingir tal objetivo, pressupõe a **existência de um corpo docente qualificado e motivado**.

* Quais as exigências quanto à formação, titulação e experiência profissional?
* Quais os critérios de seleção?
* Quais os regimes de trabalho praticados?
* Como é avaliado o plano de carreira e remuneração?

|  |
| --- |
| **Resposta aberta** |
|  |

1. Promover a **valorização permanente dos docentes**, incentivando a qualificação com remuneração adequada, o apoio à produção científica, técnica e à participação em eventos é fundamental para a manutenção da qualidade do curso.

* Como funciona o plano contínuo de qualificação docente?
* Qual o incentivo para educação continuada?
* Como funciona o apoio à produção científica, técnica e participação em eventos?
* Quais as formas de mobilidade e intercâmbio?
* Como funciona a avaliação docente?

|  |
| --- |
| **Resposta aberta** |
|  |

1. A prática profissional proporciona uma visão mais aplicada de conhecimentos, sendo que uma **relação equilibrada entre docentes envolvidos com a prática profissional e docentes com maior experiência acadêmica** pode contribuir para uma formação mais qualificada para a atuação profissional.

* Como é a proporção de docentes com experiência de prática profissional e acadêmica?
* Existe heterogeneidade de perfis profissionais e de formação acadêmica no corpo docente?
* A área de atuação/formação do docente está alinhada com as disciplinas ministradas?
* Os docentes têm habilitação profissional e registro na forma da Lei Federal nº 12.378, de 31 de dezembro de /2010?

*\*adicionalmente, preencher tabela conforme modelo fornecido, a constar dos anexos.*

|  |
| --- |
| **Resposta aberta** |
|  |

**+**



#### **Seleção, valorização e qualificação do corpo técnico**

1. Um **corpo técnico qualificado e motivado** é essencial para um bom funcionamento do curso, prestando o apoio necessário a realização das atividades de coordenação, docência e assistência aos estudantes.

* Quais as exigências quanto à formação de técnicos e a respectiva adequação às atividades desempenhadas?
* Quais os critérios de seleção do corpo técnico?
* Como funciona o programa de capacitação, qualificação e o plano de carreira?
* A quantidade de profissionais técnicos é proporcional à demanda do curso?

*\*adicionalmente, preencher tabela conforme modelo fornecido, a constar dos anexos.*

|  |
| --- |
| **Resposta aberta** |
|  |
|  |

**+**



#### **Dimensão Recursos Materiais**

1. Com relação à **biblioteca do curso** (acervo físico e digital), comente sua estrutura e funcionamento abordando os seguintes tópicos:

* Acervo com títulos da área de Arquitetura e Urbanismo em quantidade e qualidade suficientes para o completo atendimento ao programa do curso;
* Acervo de periódicos nacionais e internacionais com títulos em condições, qualidade e quantidade adequadas para a consulta, com a atualização apropriada;
* Acesso a plataformas de revistas científicas e estrutura para acervo digital suficiente para o atendimento às necessidades do programa do curso;
* Acesso a documentação cartográfica que auxilie no programa do curso de Arquitetura e Urbanismo;
* Estrutura de documentação e arquivo de TFG;
* Existência de sistema online de consulta de acervo;
* Política de manutenção, aquisição e atualização do acervo;
* Colaboradores preparados para o auxílio na busca por material;
* Aferição do interesse dos discentes pelo acervo.

|  |
| --- |
| **Resposta aberta** |
|  |

1. Com relação a **laboratórios de informática aplicada à Arquitetura e Urbanismo**, comente sua estrutura e funcionamento abordando os seguintes tópicos:

* Laboratórios de informática aplicada à Arquitetura e Urbanismo adequado a demanda;
* Relação de máquinas por estudante, forma de estruturação do laboratório, exclusivo do curso ou compartilhado;
* com disponibilidade de 01 (uma) máquina por estudante;
* Disponibilidade de utilização do(s) Laboratório(s) de Informática por parte dos discentes fora do horário de aula nos três turnos;
* Estrutura de tomadas e acesso sem fio à internet para utilização de equipamentos de docentes ou discentes;
* Existência de Plano de Atualização de Equipamentos e Softwares;
* Programa do curso atualizado para contemplar os softwares e ferramentas digitais compatíveis com as necessidades reais da prática profissional;
* Aferição da utilização dos meios disponibilizados.

|  |
| --- |
| **Resposta aberta** |
|  |

1. A estrutura do curso deve contemplar direta ou indiretamente o acesso e frequentação a **ambiente(s) de experimentação**, análise e familiarização, com equipamentos atualizados e em quantidade proporcional ao número de estudantes em diferentes áreas. Com relação aos **laboratórios técnicos**, comente sua estrutura e funcionamento abordando os seguintes tópicos:

* Conforto Ambiental;
* Construção / Canteiro de obras experimental;
* Maquetes e protótipos;
* Fabricação digital;
* Outros;
* Aferição da utilização dos laboratórios disponibilizados;
* Aferição da contribuição destes laboratórios nos trabalhos de projeto dos estudantes.

|  |
| --- |
| **Resposta aberta** |
|  |

1. A **estrutura física do curso** deve contemplar requisitos mínimos de atendimento a legislação vigente em diferentes aspectos. Com relação às instalações do curso, comente sua estrutura e funcionamento abordando os seguintes tópicos:

* Acessibilidade;
* Sinalização dos ambientes;
* Ergonomia, adequação e conservação do mobiliário (proporção de prancheta por estudante, mesa de luz, de corte, etc.);
* Conforto lumínico;
* Conforto acústico;
* Conforto térmico;
* Espaços apropriados para exposições, particularmente dos trabalhos de estudantes;
* Uso racional e responsável de recursos;
* Prevenção e combate a incêndio;
* Instalações (elétricas, hidráulicas, rede e outras);
* Plano de manutenção predial e dos equipamentos de apoio.

|  |
| --- |
| **Resposta aberta** |
|  |

1. Com relação às **instalações e equipamentos complementares** do curso, comente sua estrutura e funcionamento abordando os seguintes tópicos:

* Espaço para integração dos estudantes;
* Auditório e equipamentos multimídia que permitam a realização de eventos, palestras e projeções;
* Armários individuais para guarda de material;

|  |
| --- |
| **Resposta aberta** |
|  |

**Dimensão Suplementar**

#### **Intercâmbio e internacionalização**

1. Num contexto cada vez mais globalizado das relações profissionais, possibilitar **experiências de intercâmbio acadêmico** durante a formação é fundamental para preparar o futuro profissional para o mercado de trabalho.

* Existem convênios e programas de intercâmbio e convênios com universidades e instituições estrangeiras?
* Existem convênios e programas de intercâmbio e convênios com universidades e instituições nacionais?
* Qual a forma de apoio e incentivo aos estudantes para participar de programas de intercâmbio?
* Como funciona o apoio e incentivo a submissão de trabalhos em eventos internacionais?
* Como é feito o aproveitamento das disciplinas cursadas no exterior?
* Existe corpo docente e técnico preparado para recepcionar estudantes estrangeiros?

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

#### **Viagens orientadas de estudo**

1. Promover **visitas a cidades e regiões, conjuntos e obras de Arquitetura e Urbanismo** de caráter exemplar ou inovador é uma ação fundamental para a formação do profissional.

* Como o curso incorpora esta atividade?
* Existe a previsão destas visitas como parte da estrutura do curso?
* Quais as principais visitas efetuadas nos últimos anos como parte da estrutura curricular?
* Existe uma forma de aproveitamento das viagens independentes conduzidas pelos próprios estudantes como atividade complementar?

|  |  |
| --- | --- |
| **Planejamento** | **Desenvolvimento** |
|  |  |
| **Resultados e Avaliação** | |
|  | |

#### **Concursos**

1. A premiação em **concursos nacionais e internacionais** é um dos indicadores de uma boa formação.

* Quais as participações em eventos e concursos de destaque do seu curso nos dois últimos anos?
* Cite até dez prêmios nacionais e internacionais obtidos por estudantes, docentes ou pelo curso nos últimos dez anos.
* Cite até dez prêmios nacionais e internacionais obtidos por egressos nos últimos cinco anos.

*\*adicionalmente, preencher tabela conforme modelo fornecido, a constar dos anexos.*

|  |
| --- |
| **Resposta aberta** |
|  |

**+**



#### **Destaque**

1. **Iniciativas de destaque**, criativas, originais ou **diferenciais** em prática nos cursos, e que tenham reflexos na prática profissional dos egressos devem ser valorizadas.

* Qual a iniciativa de destaque do curso?
* Existe diferencial em relação a outros cursos?
* Por que o curso merece o selo de Acreditação do CAU?

|  |
| --- |
| **Resposta aberta** |
|  |

Documentos a Anexar

1. **PPC vigente;**
2. **Estrutura curricular com carga horária vigente;**
3. **Regulamentação de atividades complementares;**
4. **Regulamentação de estágio curricular supervisionado;**
5. **Regulamentação de trabalho final de graduação;**
6. **Regulamentação de Pesquisa, Extensão e Monitoria;**
7. **Relação de corpo docente e técnico** (conforme anexo 4)**;**
8. **Relação de participação em eventos e premiações**;
9. **Trabalhos teóricos e práticos dos acadêmicos:** Anexar, em meio digital, a produção acadêmica discente de destaque, sendo no máximo 11 produtos (TFG e outros) realizados nos últimos cinco anos, conforme segue:

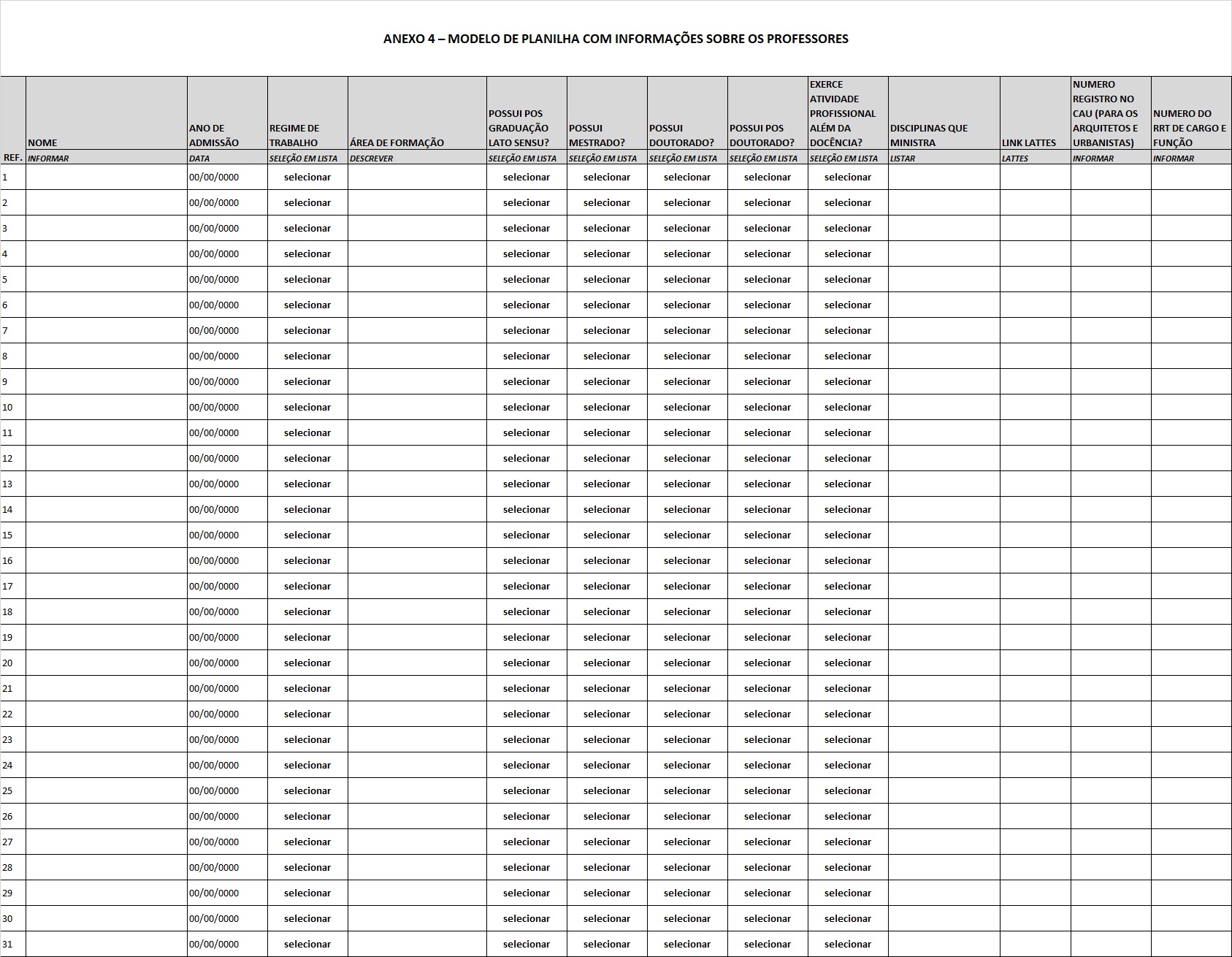
**No mínimo um de cada uma das seguintes áreas (art.2º I a V Lei 12378/2010):**

1. *da Arquitetura e Urbanismo, concepção e execução de projetos;*
2. *da Arquitetura de Interiores, concepção e execução de projetos de ambientes;*
3. *da Arquitetura Paisagística, concepção e execução de projetos para espaços externos, livres e abertos, privados ou públicos, como parques e praças, considerados isoladamente ou em sistemas, dentro de várias escalas, inclusive a territorial;*
4. *do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumentos, restauro, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades;*
5. *do Planejamento Urbano e Regional, planejamento físico-territorial, planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional fundamentados nos sistemas de infraestrutura, saneamento básico e ambiental, sistema viário, sinalização, tráfego e trânsito urbano e rural, acessibilidade, gestão territorial e ambiental, parcelamento do solo, loteamento, desmembramento, remembramento, arruamento, planejamento urbano, plano diretor, traçado de cidades, desenho urbano, sistema viário, tráfego e trânsito urbano e rural, inventário urbano e regional, assentamentos humanos e requalificação em áreas urbanas e rurais;*

**Opcionalmente, das seguintes áreas (art.2º VI a XI Lei 12378/2010):**

1. *da Topografia, elaboração e interpretação de levantamentos topográficos cadastrais para a realização de projetos de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo, foto-interpretação, leitura, interpretação e análise de dados e informações topográficas e sensoriamento remoto;*
2. *da Tecnologia e resistência dos materiais, dos elementos e produtos de construção, patologias e recuperações;*
3. *dos sistemas construtivos e estruturais, estruturas, desenvolvimento de estruturas e aplicação tecnológica de estruturas;*
4. *de instalações e equipamentos referentes à arquitetura e urbanismo;*
5. *do Conforto Ambiental, técnicas referentes ao estabelecimento de condições climáticas, acústicas, lumínicas e ergonômicas, para a concepção, organização e construção dos espaços;*
6. *do Meio Ambiente, Estudo e Avaliação dos Impactos Ambientais, Licenciamento Ambiental, Utilização Racional dos Recursos Disponíveis e Desenvolvimento Sustentável.*

# ANEXO 4 – MODELO DE PLANILHA COM INFORMAÇÕES SOBRE PROFESSORES



# ANEXO 5 – MODELO DE RELATÓRIO DE VISITA (RV)

**RELATÓRIO DE VISITA**

|  |  |
| --- | --- |
| Identificação | |
| IES: |  |
| Curso n° (emec): |  |
| Coordenador: |  |
| Data da visita: |  |
| Introdução  A introdução deverá obrigatoriamente versar as seguintes questões:   * *o pleno atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de AU e o documento Perfis e Padrões de Qualidade ou instrumento de avaliação em vigor;* * *se as disciplinas de projeto do curso privilegiam temas de relevância social e a sustentabilidade;* * *a coerência dos resultados obtidos nos Exames Nacionais de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e CPC;* * *as formas de acompanhamento dos resultados do Trabalho Final de Graduação conforme os critérios e procedimentos definidos pela Área de Arquitetura e Urbanismo;* * *a avaliação institucional dos professores pelos alunos;* * *a coerência do curso em relação ao monitoramento de egressos via SICCAU;* * *o resultado das entrevistas com arquitetos de escritórios locais que oferecem estágios e/ou recebem os estudantes;* * *a adequação do curso ao seu contexto regional;* * *a qualidade do ensino frente à formação profissional;* | |
| Relação dos aspectos positivos do programa:  *Resumo dos pontos levantados na tabela de avaliação. Anexar a tabela completa preenchida pelo CAV.* | |
| Pontos a serem melhorados (identificação dos elementos que não atingiram os resultados esperados):  *Resumo dos pontos levantados na tabela de avaliação. Anexar a tabela completa preenchida pelo CAV.* | |
| Discussão sobre os pontos que parecem preocupantes em um futuro próximo, ou seja, as condições não atendidas que afetam seriamente a qualidade do curso e que não poderão ser atingidas em curto ou médio prazo:  *Resumo dos pontos levantados na tabela de avaliação. Anexar a tabela completa preenchida pelo CAV.* | |
| XXXXX, XX de XXXXX de 20XX  XXXXX – coordenador CAV  XXXXX – membro CAV XXXXX – membro CAV  *\* O RV deve ser acompanhado de uma carta assinada pelos membros do CAV recomendando ou não acreditação.* | |

1. CEAU - Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Amorim, L.M.E.; Claro, A; Meira, M.E.; Silveira, R.P.G. ”Ensino de Arquitetura e Urbanismo - Condições & Diretrizes”.SESu/MEC, Brasilia-DF, 1994. [↑](#footnote-ref-1)
2. CEAU - Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Amorim, L.M.E.; Claro, A; Meira, M.E.; Silveira, R.P.G. “Ensino de Arquitetura e Urbanismo - Condições & Diretrizes”. SESu/MEC, Brasília-DF, 1994 [↑](#footnote-ref-2)